



# Anais da Assembléia

Nº 161

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 16 DE DEZEMBRO DE 1980

ANO VI

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 159ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 1980

(CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA)

TERÇA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Srs. Deputados Basílio Zanusso e Fuad Nacii.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Lineu Turra, Fuad Nacii, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Aírton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer. (50); achando-se ausentes os Srs. Deputados Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, José Domingos Scarpelini, Leônidas Chaves, Pinto Dias, Romero Filho, Túlio Zanchet, Wilson Fortes. (8).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Mensagens:

Sob o n.º 84/80, do Sr. Governador do Estado, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva modificar a estrutura da Procuradoria Geral da Justiça e alterar seu Quadro de Pessoal.

Sob o n.º 85/80, do Sr. Governador do Estado, encaminhando anteprojeto de lei que visa autorizar o Poder Executivo a dar fiança nos empréstimos que vierem a ser contraídos pelo Banco do Estado do Paraná S/A com o Banco Nacional de Habitação, para serem aplicados através da Companhia de Saneamento do Paraná.— SANEPAR.—

Ao Departamento Legislativo.

Sob o n.º 86/80, do Sr. Governador do Estado, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva alterar o artigo 4.º e seu parágrafo único da Lei n.º 5.992, de 2 de setembro de 1969, para dar nova redação à Tabela B, que faz parte da Lei n.º 4.975, de 2 de dezembro de 1.964.—

Ao Departamento Legislativo.

Sob o n.º 87/80, do Sr. Governador do Estado, solicitando providências no sentido de que os Projetos de Lei n.ºs 53/78, 06/80 e 166/80 e 167/80, que tratam respectivamente, da criação dos Distritos Administrativos de "Turvo", no Município de Guarapuava, "Sede Alvorada", no Município de Cascavel, "Aparecidinha do Oeste", no Município de São Miguel do Iguaçu, e "São José do Itavó", também no Município de São Miguel do Iguaçu.— Ao Departamento Legislativo.

Sob o n.º 88/80, do Sr. Governador do Estado, encaminhando anteprojeto de lei Complementar que objetiva alterar a redação do art. 87, da Lei Complementar n.º 3, de 14 de maio de 1974 e adotar outras disposições pertinentes ao regime de vantagens dos integrantes do Quadro de Pessoal da Polícia Civil do Estado.— Ao Departamento Legislativo.

Sob o n.º 89/80, do Sr. Governador do Estado, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva alterar dispositivos da Lei n.º 6.417, de 3 de julho de 1973 (Código de Vencimentos da Polícia Militar do Estado do Paraná) e adotar outras providências pertinentes ao regime de vantagens dos integrantes da Corporação, prevendo, na forma da Lei Federal n.º 4320, de 17 de março de 1964, autorização para abertura de crédito especial de até Cr\$ 470.000.000,00 (quatrocentos e setenta milhões de cruzeiros) para atendimento das despesas decorrentes da medida proposta a essa augusta Casa de Leis.— Ao Departamento Legislativo.

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido na ata dos trabalhos desta Casa, um voto de profundo sentimento pelo falecimento do Sr. Arlindo Alves, funcionário da Prefeitura Municipal de Engenheiro Beltrão, ocorrido ontem, dia 14.

Requer, outrossim, que do presente seja dado conhecimento aos familiares do extinto.

Sala das Sessões, em 16 de dezembro de 1980.

(a) AUGUSTO CARNEIRO.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido na ata dos trabalhos desta Casa, um voto de regozijo pela passagem do 2.º aniversário de emancipação política do Município de Peabirú.

REQUER, outrossim, que do presente seja dado conhecimento ao Sr. Prefeito Municipal — Jorge da Silva Pinto e ao Presidente da Câmara Municipal — José Cândido Mendes.

Sala das Sessões, em 16 de dezembro de 1.980.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

### JUSTIFICATIVA:

No próximo dia 14 passado, o pujante Município de Peabirú comemorou a sua Emancipação Político-Administrativa. Espaço de tempo, 28 anos, em que seu povo, embasado no trabalho e na honradez, construíram este município, orgulho

da Micro Região 12.

Desde que chegaram ao seu solo fértil, os primeiros colonizadores, Peabiru conheceu o constante progresso e grandes realizações.

Os prefeitos e vereadores que antecederam a atual administração, mesmo lutando com sérias dificuldades, construíram o alicerce onde hoje se agiganta a administração honesta e honrada de Jorge da Silva Pinto, que faz da sua humildade e do seu caráter a âncora firme para um futuro promissor. A legislação do progresso deste município onde vivem 30 mil almas que trabalham e constroem o futuro do Paraná, está sob a responsabilidade de homens dignos que compõem a sua competente Câmara Municipal.

Pelo exposto acima, e por outras razões inumeráveis, justifica-se o nosso requerimento e justifica-se ainda mais o orgulho de sermos o legítimo representante do laborioso povo peabiruense nesta Casa de Leis.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrevo, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido na ata dos trabalhos desta Casa, um voto de regozijo pela passagem do aniversário de emancipação política do Município de Boa Esperança.

Requer, outrossim, que do presente seja dado conhecimento ao Sr. Prefeito Municipal — Adalberto Ferreira Lopes e ao Presidente da Câmara Municipal — Vereadora Alzira Garófalo.

Sala das Sessões, em 16 de dezembro de 1980.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

#### JUSTIFICATIVA:

Desmembrado do Município de Janiópolis, quando então chamava-se Barreiro do Oeste, e era uma minúscula comunidade, mas composta de homens destemidos que se propuseram a fazer da esperança latente, a Boa Esperança de hoje, que se desponta na Micro-Região da COMCAM, como um município onde o trabalho e o progresso é uma constante. Onde a compreensão mútua de seus homens trabalhadores, o amor da sua juventude pela terra que a viu nascer se fundem em uma só primícia "Paz e Progresso, eis o fanal que nos guia, para um futuro certo e promissor".

Hoje, na atual administração Adalberto Ferreira Lopes, em fraterna comunhão com a egrégia Câmara, Boa Esperança conheceu seus melhores dias: Asfalto, modernas escolas, canchas de esportes, telefone DDD, na sede, e monocanal nos distritos, escolas de primeiro grau nos distritos e de segundo grau na sede, moderno estádio de futebol, sede da delegacia, prédio da Câmara e muitas obras que premeiam este seu aniversário.

Justifica-se, portanto, o nosso voto de regozijo.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja oficializado aos Srs. Prefeito Municipal de Toledo, Sr. Duílio Genari e Presidente da Câmara Municipal, Luiz Fritzen, apresentando votos de congratulações pelo 28o. aniversário da cidade, ocorrido no dia 14 do corrente.

Sala das Sessões, em 16 de dezembro de 1980.

(a) EGON PUDELL

#### JUSTIFICATIVA:

Outrossim, requer mais, que sejam consignados nos referidos ofícios as congratulações do signatário do presente pelo grande desenvolvimento que ocorre no município, fruto de uma excelente administração e trabalho de toda a comunidade toledana.

Desde que aprovado o presente requerimento, por esta Casa, declina seu agradecimento.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos legislativos do dia de hoje, um voto de aplausos à equipe organizadora dos EXAMES DE SUPLENÇA PROFISSIONALIZANTE, representada pelo Professor Henrique Ens, mui digno Diretor do Departamento de Ensino Supletivo da Secretaria de Estado da Educação, que, com seu nobre e louvável trabalho, dará oportunidade a outorga de títulos de habilitação profissional àqueles que, por dificuldades diversas, não tenham cursado ou completado o segundo grau, mas que já estejam exercendo atividades técnicas por três anos, no mínimo.

Requer, outrossim, que após aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa ao Excelentíssimo Sr. Dr. Edson Machado, digníssimo Secretário de Estado da Educação e ao Professor Henrique Ens.

Sala das Sessões, em 16 de dezembro de 1980.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### JUSTIFICATIVA:

Em uma revista da Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul, lê-se a seguinte declaração do Ministério do Planejamento: "Precisamos injetar 850 mil técnicos de qualificação especial". Ainda da mesma revista: "Estudos feitos pelo MEC acusam uma lista de 120 habilitações profissionais a serem utilizadas no ensino de segundo grau de nível médio".

A maioria dessas especialidades profissionais, são desempenhadas por pessoas sem habilitação, isto é, sem qualquer formação especializada para este trabalho.

Para participar do Plano Nacional e amenizar deficiências existentes neste campo, o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Educação - representada pelo Departamento de Ensino Supletivo - está efetuando um empreendimento educacional organizando exames de Suplência Profissionalizante, abrangendo, nesta etapa, habilitação em Agricultura, Leite e Derivados, Eletrotécnica e Eletrônica, Telecomunicações, Radiologia Médica, Patologia Clínica e Auxiliar de Enfermagem, estando abertas as inscrições até o dia 19 do corrente.

Estes exames a serem realizados de 15 a 28 de fevereiro de 1981, virão dar oportunidade a regulamentação do exercício profissional dos que já desempenham há, pelo menos, três anos com maturidade, atividades típicas destas profissões, dando-lhes condições de acesso a cargos hierarquicamente superiores e melhor remunerados, além de, com maior estímulo, contribuem com seus trabalhos para o desenvolvimento do nosso País.

Por estas razões submetemos à apreciação dos nobres Deputados, o requerimento em tela.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER envio de apelo ao Presidente do INCRA em Brasília, Dr. Paulo Yokota, para que aquele órgão, com espírito humanitário, que lhe é peculiar, reexamine o lançamento do imposto taxado no ano em curso, considerado inacessível pelos pequenos e grandes proprietários.

Sala das Sessões, em 16 de dezembro de 1980.

(a) JURANDIR MESSIAS

#### JUSTIFICATIVA:

Não bastasse o alto custo de vida, a inflação galopante, e principalmente as dificuldades por que passa o homem do campo, justamente aquele que é sem favor nenhum o sustentáculo da Nação e que além do mais vive exclusivamente do seu labor diário para com muitas dificuldades dar sustentação à sua família.

Por essa e tantas outras razões é que achamos por bem apelar para o espírito cristão de Vossa Excelência, para que reveja com máxima brevidade a taxaçoão daquele imposto, mesmo porque, como está o nosso agricultor, não terá jamais condições de pagá-lo.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Sr. Giulite Coutinho, Presidente da Confederação Brasileira de Futebol e ao Presidente do CND, no sentido de apelar, visando a inclusão do CLUBE ATLÉTICO PARANAENSE na Taça de Prata, do Campeonato de 1981.

Sala das Sessões, em 16 de dezembro de 1980.

(a) MÁRIO CELSO

#### JUSTIFICATIVA:

Dos chamados grandes clubes do futebol brasileiro, apenas o CLUBE ATLÉTICO PARANAENSE ficou de fora no próximo certame nacional, distribuído em Taça de Ouro e Taça de Prata.

O clube paranaense sempre esteve presente nos torneios nacionais, cumprindo excelentes jornadas, dando exemplos de disciplina e garra nos campos nacionais. Sempre foi um competidor forte, apresentando grandes astros, obtendo ótimas arcações.

Trata-se de uma força esportiva do futebol paranaense, clube imagem da representação popular. Clube do Governador Ney Braga, do ex-Governador Paulo Pimentel, do Secretário de Estado, Segismundo Morgenstein, do Presidente da Federação Paranaense de Futebol, Luiz Gonzaga da Motta Ribeiro, do carioca João Saldanha, Clube de Santos Dumont, (sócio, com ficha assinada). Um rubro-negro que envolve a massa, gerando boas rendas.

Na atual Taça de Prata, cuja tabela ainda não foi divulgada, está a Sociedade Esportiva Palmeiras, clube que ficou em 16o. lugar no campeonato paulista.

Todos os chamados grandes clubes do futebol nacional estão no próximo certame nacional, relacionados para as duas taças.

O único dos grandes que ficou de fora é justamente o CLUBE ATLÉTICO PARANAENSE. Sua grande torcida, ao lado da vibrante torcida paranaense, apela pela sua inclusão. A diretoria do clube está disposta a investir muito dinheiro em escolhidas contratações, prometendo não decepcionar a CBF, e seus dirigentes máximos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições e atendendo as formalidades legais, REQUER o envio de expediente à Secretaria de Educação, solicitando a ampliação no estabelecimento educacional de Aparecida do Oeste, Município de São Miguel do Iguaçu.

Requer ainda, o envio de expediente, contendo o teor do presente, ao Prefeito Municipal e ao Presidente da Câmara Municipal de São Miguel do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 16 de dezembro de 1980.

(a) NELTON FRIEDRICH

#### JUSTIFICATIVA:

A comunidade do Distrito de Aparecida do Oeste e circunvizinhas, estão encontrando dificuldades para bem encaminhar a promoção educacional primária de seus filhos, face à quantidade de educandos matriculados;

O crescimento do número de estudantes também está ligado ao fato de que algumas comunidades urbanas do município serão inundadas pela bacia da Hidrelétrica de Itaipu e as famílias que permanecerão nas redondezas buscam se fixar nos distritos não abrangidos, como Aparecida do Oeste, aumentando — por conseguinte — a demanda escolar;

Justifica-se assim, o pedido, para o qual rogam-se providências.

Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 191/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1o. — Fica declarado de utilidade pública o SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BOM SAMARITANO — SASBS", com sede na cidade de Guaratuba.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de dezembro de 1980.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual, reguladora da matéria.

É sua finalidade manter assistência integral aos necessitados, através da concessão de auxílios, alimentação, pousadas, agasalhos, medicamentos, assistência médica e hospitalar, aconselhamento e orientação moral e espiritual aos necessitados.

Desta forma, apresentamos o presente plano de lei à consideração dos nobres Pares, esperando que se lhe dê o devido apoio e posterior aprovação.

#### PROJETO DE LEI No. 192/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1o. — Fica criado o Município de SÃO JOSÉ, desmembrado do Município de Santa Helena, com as seguintes divisas:

"Começa no Arroio Boas Novas, onde o mesmo atravessa a divisa sul da Fazenda Britânia, por esta referida divisa rumo oeste-leste até o Rio São Francisco Verdadeiro, subindo pelo mesmo até o Rio Santa Quitéria, por este acima até Foz do Arroio, Água Muda, por este acima até sua nascente, ligando-se a Água Darbal, por esta segue-se rumo ao sul até o Rio São Francisco Falso — braço norte — por este abaixo até a foz do Córrego Serrinha, por este acima até sua nascente, dali em diante em linha seca até a nascente do Arroio Boas Novas, e por este até a divisa sul da Fazenda Britânia, ponto de partida".

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de dezembro de 1980.

(a) WERNER WANDERER

#### JUSTIFICATIVA:

É este projeto de lei a concretização das aspirações de um povo que de há muito tempo batalha, insistentemente, no sentido da emancipação política do distrito de São José.

O desenvolvimento e o progresso que se constata naquele distrito, decorrente de sua produção agrícola, faz com que São José se destaque na região oeste como colaborador expressivo no aumento das divisas e engrandecimento do nosso Estado.

Apresentando este projeto de lei, o fazemos na certeza de que serão cumpridas todas as formalidades legais, uma vez

que este distrito preenche os requisitos exigidos pela Lei Complementar número 01, de 1967, para ser elevado à condição de município.

Solicitamos o apoio dos nobres colegas parlamentares, na aprovação deste projeto de emancipação política, pois o mesmo tem grande significado para nós e toda a população do laborioso Distrito de São José.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está finda a leitura do Expediente.

No pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado David Cheriegate, primeiro orador inscrito.

O SR. DAVID CHERIEGATE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(LÉ): "Quando aqui estivemos ocupando esta tribuna, para denunciar uma possível trama que se armava contra os legítimos direitos do Clube Campeão de Futebol do Paraná, estávamos com a convicção já formada de que ao final da grotesca novela arquitetada pela Federação Paranaense de Futebol o esbulho se consumaria.

A proclamação de duas equipes campeãs veio patentear o triste final a que chegaram os dirigentes do futebol em nosso Estado, conspirando descaradamente contra os clubes do interior e transformando o certame de 1980, numa ridícula peça de opereta bufa, naturalmente pela frustração de que estão dominados por não verem nas finais seus times preferidos.

Essa decisão, denominada de "Ato Presidencial" traz o ranço dos malsinados "Ato Institucional" de que a Nação já se libertou graças ao processo democratizante do Presidente João Baptista Figueiredo. Parece, contudo, que o condutor máximo do futebol paranaense, Sr. Luiz Gonzaga Motta Ribeiro, resolveu implantar uma ditadura fundamentada na mais deslavada iniquidade, inaugurando a era salomônica no esporte do nosso Estado.

E não há nada mais revoltante, Sr. Presidente, Srs. Deputados, do que assistir-se a perpetração de uma injustiça.

O Cascavel Esporte Clube sujeitou-se a tudo, desde as pressões exercidas no campo, exercidas para fraudar os resultados, até ao humilhante processo inquisitorial instituído pelo Sr. Motta Ribeiro.

Nada se provando, a Federação continuou a manifestar seu implacável ódio contra o time do interior paranaense, adotando então uma solução meramente administrativa chamada como já nos referimos, do Ato Presidencial — não calcada em critérios técnicos mas meramente subjetivos.

Com isso, o Sr. Motta Ribeiro abre um perigoso precedente no esporte do nosso Estado, pois amanhã outra ou outras decisões poderão ser tomadas com a invocação deste exdrúxulo precedente, e dois, três ou mais campeões serão sagrados desde que o ponto de vista unilateral da Presidência da Federação Paranaense de Futebol considere várias equipes merecedoras de dividir ou repartirem tantas fatias que forem possíveis, o título, conforme "aquilo que se apresentaram ao longo de um campeonato".

O oeste do Paraná não aceitou, de forma alguma, a decisão tomada pela Federação Paranaense de Futebol, e iremos às últimas conseqüências que nos estiverem ao alcance, nos limites jurídicos para anular o arbitrário e inqualificável ato. A população da vasta região, com cerca de três milhões de habitantes, está revoltada e com justificados motivos.

O Sr. Motta Ribeiro conseguiu sufocar a explosão de alegria que o futebol oferece às massas, hoje tão sofridas com as vicissitudes de uma vida difícil. E também não satisfaz sequer a torcida valorosa do Colorado, que não desejava a conquista de um título dessa maneira, que encerra humilhante generosidade.

Também repudiamos a maneira afrontosa da Federação Paranaense de Futebol, de entregar o troféu de campeão ao

time segundo colocado, verdadeira bofetada nos brios da nossa gente do interior.

Por outro lado, Sr. Presidente, se o Cascavel Esporte Clube é campeão, por que motivo ele foi alijado da Taça de Ouro da Copa Brasil? E agora terá que disputar um torneio reservado aos que sequer se classificaram?

Para punir o Cascavel, disse o Sr. Motta Ribeiro. Punir em virtude de que crime? A sindicância mandada instaurar pela Federação Paranaense de Futebol provou que o Cascavel nada fez e nada deve.

Deixamos aqui, Sr. Presidente, nosso mais veemente protesto, pela forma fraudulenta com que foram proclamados os campeões do ano de 1980, forma essa maldosamente planejada para esvaziar o torneio deste ano, buscando reduzir a expressão a mais insignificante e ridícula o seu desfecho, somente porque na decisão final não estiveram os clubes preferidos pela cartolagem da Capital do Estado.

E queremos deplorar que a Confederação Brasileira de Futebol, dirigida pelo Sr. Giulite Coutinho, tenha se afastado das normas técnicas e dos princípios de justiça, para organizar aquele tão vaidosamente apelidado de o maior campeonato de futebol do mundo.

Realmente, não esperávamos isso do Sr. Giulite Coutinho.

Supúnhamos que Sua Senhoria se manteria acima das querelas regionais e sustentaria a CBF dentro de rigorosos padrões de probidade. Lamentavelmente isso não aconteceu, e a Copa Brasil, vai continuar ainda sendo um mero clube de convidados, manobrada por interesses espúrios.

Sabemos que o Sr. Motta Ribeiro, antes da quixotesca decisão, andou fazendo levantamento de posições e de votos para uma eventual reeleição. Mas se engana muito ao pensar que prejudicando o futebol do interior, que hoje representa a força máxima do Paraná, ainda vai merecer algum crédito de confiança. As manifestações surgidas nos principais centros esportivos do Norte do Paraná, do Oeste e Sudoeste, condenam o campeonato ilegal e imoral da Federação Paranaense de Futebol".

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Airtton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos encaminhando à Mesa um requerimento com sugestões à Confederação Brasileira de Futebol e ao Conselho Nacional de Desportos.

À Confederação Brasileira de Futebol no sentido de se uniformizar a regulamentação dos campeonatos regionais do País. E ao CND, no sentido de pedir urgência para aprovação e vigência de novo Código Brasileiro Disciplinar de Futebol.

Desnecessário dizer que esta nossa manifestação tem muito a ver com os últimos acontecimentos no futebol paranaense. E lamento ter que me utilizar desta tribuna para rebater frontalmente o posicionamento assumido pelo nobre Companheiro de Partido e de Casa, Deputado David Cheriegate.

Em primeiro lugar, para fazer justiça ao Presidente da Federação Paranaense de Futebol, Luiz Gonzaga da Motta Ribeiro, um homem que em 1967, quando o Clube que presidia, o Atlético Paranaense, estava condenado ao rebaixamento em nenhum momento se utilizou de qualquer método escuso para livrá-lo do rebaixamento, para afirmar também, Sr. Presidente, que se o Cascavel Esporte Clube não recebeu o seu troféu na noite da proclamação dos dois campeões, é porque não tinha na sede da Federação Paranaense de Futebol nenhum dirigente da sua equipe, e tão somente os advogados profissionais contratados lá estavam, não havia um só dirigente do Cascavel.

Provavelmente, os mesmos que se omitiram naqueles acontecimentos lamentáveis da final do Campeonato Paranaense

se omitiram também, no dia em que a Federação adotar a sua decisão.

Devo também afirmar, repudiando a assertiva do Deputado que me antecedeu na tribuna, que o Colorado absolutamente não é o segundo colocado do Paraná. É o campeão de fato e de direito, campeão, Sr. Presidente, porque o seu adversário, arranhando as mais elementares regras de desportividade, inviabilizou o jogo final do campeonato, simplesmente debandou, simulou contusões para inviabilizar a realização dos 90 minutos de jogo. E mais do que isto, desrespeitou a tradição do esporte, desrespeitou toda uma população de Cascavel e da região de Cascavel, desrespeitou o futebol do Paraná, desrespeitou a todos aqueles que fazem do futebol, uma prática saudável, uma prática séria, uma prática responsável, que não admite atos menos dignos e que não admite atos que fraudem a verdade e, sobretudo, a moral do esporte.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, confesso que não pretendia sequer trazer a esta Casa este assunto, por entendê-lo como de uma esfera toda própria, mas não posso silenciar diante de tamanhas injustiças.

Campeão de fato e de direito sim, é o Colorado, que compareceu ao campo e que jogou, que durante todo o campeonato fez cinco pontos a mais do que o seu adversário, que teve mais renda e mais público nos estádios e que foi por isso mesmo, o grande clube da temporada de 1980.

E para coibir isso, e para concluir, é que nós estamos encaminhando à Mesa, um requerimento. (Lê):

"Senhor Presidente.

Esporte de extraordinário poder concentrado de massas, o futebol brasileiro, pela afirmação internacional destacada que possui e pela importância que representa para a sociedade do País, tem presentemente, necessidade urgente de adequação pronta e eficaz a uma nova realidade. Os constantes episódios negativos nos campeonatos regionais, os desmandos administrativos de clubes e federações, a violência que agride a arte e a técnica, são aspectos que não devem fugir à observação crítica de pessoas e entidades ligadas ao futebol do País.

Supérfluo falar sobre o significado social do futebol. Da mesma forma, o que significa para torcedores e profissionais, estes, integrantes de uma categoria de remuneração alta, de atualização salarial constante. Feitas estas considerações, e, não perdendo a visão global dos problemas nacionais que esta Casa deve ter, na forma regimental, submete à apreciação plenária o encaminhamento de duas sugestões, a saber:

a) à Confederação Brasileira de Futebol, no sentido de uniformizar a disputa dos campeonatos regionais, mediante a adoção de critérios iguais para os diversos certames dos Estados. Esta providência, visa, especialmente assegurar o integral cumprimento dos critérios, em boa hora estabelecidos, para a disputa das Taças de Ouro e de Prata. O que se pretende é a elaboração de um regulamento igual para todos os campeonatos estaduais, longe dos interesses menores dos que não pensam em construir a grandeza do futebol do Brasil;

b) ao Conselho Nacional de Desportos, no sentido de urgenciar a elaboração do novo Código Brasileiro Disciplinar de Futebol e a sua pronta vigência. O novo código, mais drástico, deverá prescrever penas de suspensão e tanto quanto possível, eliminar as penas pecuniárias, por estabelecerem, a meu ver, o preço da violência e do acintoso desrespeito a atletas, torcedores e juízes de futebol.

Da decisão plenária, solicito sejam cientificados o presidente da Federação Paranaense de Futebol, o presidente do Conselho Regional de Desportos do Paraná e os presidentes dos clubes profissionais do Estado do Paraná que disputaram o último campeonato regional da primeira divisão.

Sala das Sessões, em 16 de dezembro de 1980.

a) AIRTON CORDEIRO"

E ao CND, para que dê ao Código próprio da Justiça

Desportiva, maior drasticidade para evitar atitudes menos dignas, como ainda presenciou há pouco tempo, o futebol do Paraná.

Agradeço a deferência do ilustre Presidente, que me pediu, fizesse suas as minhas palavras, neste pronunciamento.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Mário Celso, terceiro orador.

O SR. MÁRIO CELSO — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Hoje, realmente, o futebol é o assunto predominante nesta Casa de Leis. É o tema mais importante, é o tema que emociona, é o tema empolgante, é o tema que realmente traz as principais discussões no dia-a-dia da nossa vida, principalmente no campeonato do Paraná, tumultuado em seu final, mas cuja palavra do Presidente Motta Ribeiro, acabou definindo dois campeões. E hoje nós temos dois campeões — Colorado e Cascavel, são os campeões do futebol profissional do Paraná. O único campeão isolado foi o Clube Atlético Paranaense, campeão do "Torneio da Morte", este foi o campeão, esse recebe as faixas porque brigou no campo, lutou, venceu uma disputa.

E nós estamos aqui, apelando aos companheiros dessa Casa, para que aprove um requerimento de nossa autoria. E eu digo nossa, não é minha, prefiro que seja da Casa, de apelo ao Sr. Giulite Coutinho, Presidente da CBF, e apelo também ao Presidente do CND, para que venham a fazer estudos e urgentes, porque o tempo é escasso, para a inclusão do Clube Atlético Paranaense na Taça de Prata do próximo campeonato de 81. E, explico porque. Enquanto a CBF, através de seu intocável Presidente, estava agindo dentro dos princípios básicos, dentro do regulamento da CBF, nós estávamos quietos. Até mesmo, aceitávamos a ausência desse clube representativo de uma grande parcela da população do Paraná de fora do campeonato brasileiro. Até mesmo, estávamos convencidos de que deveria ficar de fora para retornar fortalecido, mas o campeonato paulista, teve um clube classificado em 16.º lugar; 16.º lugar, classificou-se a Sociedade Esportiva Palmeiras de São Paulo, e o Palmeiras foi incluído na Taça de Prata do próximo ano.

O Palmeiras entrou pela porta dos fundos. Giulite Coutinho alega que o Palmeiras foi um clube que iniciou a Taça de Prata, o Atlético não só iniciou a Taça de Prata como iniciou o campeonato nacional, Torneio Roberto Gomes Pedrosa, torneios outros promovidos pela CBD na época, agora CBF.

Então, se o Palmeiras tem o direito de conseguir a 16.ª colocação e entrar na Taça de Prata, o Paraná não pode ficar omissos, a Assembléia Legislativa do Paraná deve até, por questão de brios, brios esses tocados, levantar a sua voz e apelar no sentido de que o Clube Atlético Paranaense, time do nosso Governador Ney Braga, time do ex-Governador Paulo Pimentel, time do Secretário de Recursos Humanos, Secretário da Cultura e Esporte, time do Presidente da Federação Paranaense de Futebol, time de muitos dos Srs. Deputados desta Casa, time de uma grande parcela de população do Paraná, está sendo injustiçado.

Então, nós estamos pedindo que esta Casa aprove este requerimento. Se o Palmeiras, 16.º colocado no campeonato paulista, pode entrar na Taça de Prata, o Atlético também pode. A tabela não foi concluída, não foi divulgada, não saiu a tabela, portanto existe tempo. Apenas é uma questão de apelo, de solicitação.

Muito obrigado, ilustre Presidente e companheiros. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa regis-

tra a presença, em nosso Plenário, do Deputado Federal Antônio Mazurecki, bem como do Sr. Efigênio José Carneiro, Presidente da Câmara de Campo Mourão e da presença do Deputado Federal Álvaro Dias.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, inscrito. — (Declina).

Consulto à Liderança do PMDB, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. — (Declina).

Da mesma forma, consulto à Liderança do PTB. — (Declina).

Consulto à Liderança do P.P. se deseja usar do horário que lhe é reservado.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Le): "O Paraná está convocado para mais um sacrifício, em nome do progresso econômico do País.

A ELETROSUL obteve concessão da ELETROBRÁS para a construção da usina hidrelétrica de Ilha Grande, no Rio Paraná. O reservatório irá inundar nada menos de 40 mil hectares do território paranaense, em nove municípios, sem contar a área que vai ser alagada em Mato Grosso do Sul.

Cada usina hidrelétrica representa a soma de novos e agudos problemas para o nosso Estado. Largas faixas de terras férteis ficam perdidas sob as águas. Em consequência, diminui a produção agropecuária no Paraná, milhares de trabalhadores rurais ficam sem emprego, o êxodo rural para as cidades é uma fatalidade, acentua-se a favelização nos centros urbanos como se acentuam os índices de prostituição e de criminalidade, a renda pública sofre violento decréscimo.

Os proprietários rurais e os posseiros estão em polvorosa, preocupados com o futuro sombrio, ante a construção da Usina da Ilha Grande. Miram-se nos exemplos de elementos iguais a eles, que foram consideravelmente prejudicados quando da construção das usinas de Itaipu, Salto do Osório e de Foz do Areia. A avaliação das propriedades esteve muito aquém do seu valor real, e a demora no recebimento das indenizações corroeu o preço arbitrariamente fixado. Muitos sofreram por não terem podido comprar outras terras, em outras regiões, para continuarem a sua atividade no setor agropecuário. Tornaram-se errantes, ora na Amazônia, ora no Paraguai, ora em Mato Grosso. E grande parte deles até hoje não se fixou em parte alguma.

Por estarem suficientemente informados sobre o drama daqueles companheiros de infortúnio, os proprietários e os posseiros da área a ser atingida pelo reservatório da usina de Ilha Grande estão se reunindo, para debaterem, como objetividade, os problemas em gestação. Juntaram-se a eles os que também serão atingidos pela construção da usina de Porto Primavera, acima da Ilha Grande. As reuniões se realizaram em Umuarama, e, agora, em Guaíra.

Chegam-nos informações de Guaíra de que a mais importante decisão tomada se refere à desapropriação das terras a serem alagadas. Não importa aos posseiros e aos proprietários o recebimento de dinheiro, por causa de sua rápida desvalorização. Decidiram eles que darão terras por terras, isto é, a ELETROSUL terá de conseguir, na mesma região, outras terras, igualmente agriculturáveis, para entregá-las aos que sejam desapropriados. Essa exigência se justifica plenamente: permanecer na região significa permanecer no HABITAT a que se ADAPTARAM, como significa não interrupção nas atividades agrícolas em que se empenham. Todos lucram com o fato, a começar do particular, e mantendo a constância nos valores da renda pública, derivada da comercialização da produção agrícola.

A solução é satisfatória, a nosso ver. Terra por terra, e não teremos o fatídico êxodo rural, com toda a sua bagagem de inconveniências e de prejuízos, entre os quais a migração, para outros Estados, ou para o estrangeiro, de milhares de pes-

soas que, com o seu trabalho profícuo, estão ajudando a construir a nossa prosperidade econômica.

O Governo do Estado tem o dever de empenhar-se na assistência efetiva aos futuros deserdados nas ilhas e na terra firme, ao longo do Rio Paraná, a fim de que o nosso Estado não perca esse valioso contingente de mão-de-obra. Se, por um lado, o Governo Federal menospreza a capacidade técnica da engenharia paranaense, e faz concessão à ELETROSUL para construção da usina da Ilha Grande, teremos de lutar, por outro lado, para que as nossas fronteiras agrícolas continuem se ampliando, a fim de não perdermos a posição privilegiada que desfrutamos no quadro da economia nacional.

Terra por terra, mas dentro do Paraná."

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — No horário reservado à liderança do PDS, concedo a palavra ao Sr. Deputado Werner Wanderer.

O SR. WERNER WANDERER — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Le):

"O represamento das águas do Rio Paraná, a partir de 1982 pela usina hidrelétrica de Itaipu, provocará profundas transformações na geografia do Estado do Paraná, tornando submersos solos produtivos, cerca de mil quilômetros de rodovias, equipamentos de serviços e, inclusive, as Sete Quedas de Guaíra, que desaparecerão.

Os municípios de Foz do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Matelândia, Santa Helena, Marechal Cândido Rondon, Terra Roxa e Guaíra perderão partes de seus territórios, além das perdas econômicas e sociais.

Quando entrar em operação, em 1983, a Usina Hidrelétrica de Itaipu vai formar um reservatório com aproximadamente 140.000 hectares de superfície, alterando consideravelmente a fisionomia do Rio Paraná. Nesta área, estarão incluídos cento e onze mil e trezentos e trinta e dois hectares, isto é, 14% do território de oito municípios paranaenses localizados à margem do Rio Paraná ou de alguns dos seus maiores afluentes. A dimensão das alterações provocadas pela formação do reservatório irá variar conforme a superfície a ser inundada em cada um daqueles municípios.

Em Guaíra, esta superfície será de 5.530 hectares. Ou seja: 10,31% da sua área total. Terra Roxa vai perder apenas 183 hectares. Mas Marechal Cândido Rondon ficará com menos 25.075 hectares: 17,78% do seu território. Santa Helena perderá 25.992 hectares: 31,73% de sua área atual. Em Matelândia, o efeito será menor: 492 hectares serão absorvidos pelo reservatório. Ao passo que em Medianeira este efeito se dará em 3,45% da superfície territorial, correspondendo a 4.237 hectares. São Miguel do Iguaçu perderá 21,48% do seu território: os 26.253 hectares que se encontram na área de formação do lago de Itaipu. E, finalmente, Foz do Iguaçu vai ficar com 23.570 hectares a menos, ou seja: 26,77% de sua área total.

Além das perdas de superfície, o reservatório também vai provocar modificações no espaço remanescente: 41% do território de Santa Helena ficarão isolados da sede do município. Em São Miguel do Iguaçu, fenômeno idêntico vai ocorrer com 12% das suas terras, e 5% do território de Foz do Iguaçu estarão em igual condições. A principal atividade econômica dos municípios afetados, com exceção de Foz do Iguaçu, é a agricultura.

Na área do reservatório, situam-se 99.526 hectares de área colhida com soja, trigo, milho, feijão, mandioca, arroz e café. Assim, em 1983, os oito municípios deixarão de colher mais de cem mil toneladas de soja; cerca de 31 mil toneladas de trigo; quase 34 mil toneladas de milho; 1.500 toneladas de feijão, aproximadamente; mais de 27 mil toneladas de mandioca; em torno de 1.700 toneladas de arroz e 24 toneladas de



café. Deixarão de ser colhidas, ao todo, mais de 200 mil toneladas de produtos agrícolas, 14% da produção atual da sub-região.

Foz do Iguaçu perderá 33% no valor da produção; 25% será a perda de São Miguel; Santa Helena vai perder 30% no valor da produção; em Marechal Cândido Rondon, a perda será de 18%. Guaíra perderá 11% no valor da produção; serão relativamente pequenas em Medianeira e praticamente inexistentes em Matelândia e Terra Roxa. A população da área do reservatório soma cerca de 42.000 pessoas; em torno de 11% da população dos oito municípios. Aproximadamente 3.659 pessoas estão em Guaíra, 146 em Terra Roxa, 10.600 em Marechal Cândido; cerca de 12.180 pessoas se encontram em Santa Helena, 70 em Matelândia, 1.540 em Medianeira, 8.639 em São Miguel e perto de 5.609 pessoas estão em Foz do Iguaçu.

De acordo com a média da região, mais da metade desse contingente faz parte do quadro da população rural ocupada. Todos necessariamente vão se deslocar para fora da área do reservatório: a maior parte dos municípios não sofrerá perdas consideráveis de população. Entretanto, estima-se que São Miguel do Iguaçu perca 24% da sua população e Santa Helena 31% dos seus habitantes. A perda de produção vai acarretar diminuição na participação dos oito municípios no ICM, em decorrência da redução da área plantada.

São Miguel do Iguaçu e Santa Helena perderão também 10% do Fundo de Participação dos Municípios, uma vez que suas populações serão reduzidas em 24% e 31%, respectivamente.

Entre os diversos equipamentos que se encontram na área comprometida pelo reservatório de Itaipu, relacionam-se aqui os mais importantes; a atual rede viária que serve à sub-região será afetada em aproximadamente mil quilômetros, 23% do total de sua extensão. Os centros urbanos de Guaíra, Santa Helena e Porto Mendes terão seus sistemas de água e esgoto prejudicados. Especialmente Guaíra, que se localiza junto ao remanso do futuro reservatório. Assim como o Parque Nacional de Sete Quedas, também desaparecerá sob as águas do Rio Paraná, o complexo portuário de Guaíra. Com o canteiro de obras da Usina de Itaipu situado em seu território, bastante próximo à sua sede, Foz do Iguaçu se apresenta como um caso singular entre os oito municípios paranaenses que se encontram na área.

Antes do início da obra, Foz do Iguaçu, ao mesmo tempo em que desempenhava o papel de centro turístico, complementava também a oferta de serviços promovida por Cascavel para a região. A implantação de Itaipu em seu território trouxe a necessidade de uma ampliação considerável na oferta de equipamentos sociais e de infra-estrutura básica. Para se ter uma idéia da transformação experimentada por Foz do Iguaçu no período de implantação da Usina, basta dizer que, entre 1976 e 1977, quando o número de empregos diretos se elevou de cinco mil para treze mil, o comércio da cidade cresceu em 100%. A desativação do canteiro de obras traz, de início, os seguintes impactos sobre o município: deixam de existir 20 mil postos de trabalho; a oferta de infra-estrutura básica e de equipamentos sociais vai se tornar ociosa; o alagamento de parte do território vai dificultar o acesso a outros municípios; a supressão do ISS pago pelas empresas construtoras representará uma queda de 10% nos níveis atuais da receita orçamentária.

Os desequilíbrios gerados a partir da formação do reservatório induzem programas de correção das distorções criadas; reassentamento dos proprietários agrícolas da área; recomposição do sistema de água e esgoto; auxílio aos municípios cujas receitas serão reduzidas; enfim, investimentos públicos e privados para corrigir os desequilíbrios, especialmente para a criação de oportunidades de emprego que se coadunem com as aspirações de desenvolvimento regional e de participação na grandeza do País.

Este quadro, em boa parte pode ser minimizado pela explo-

ração ordenada da atividade turística.

Louve-se o trabalho e o empenho da atual diretoria da Empresa Paranaense de Turismo - PARANATUR, que, vislumbrando esta perspectiva e atendendo aos justos reclamos daquela Região, vem tornando a iniciativa, junto à EMBRATUR — no sentido de obter recursos específicos para a implantação de um programa de "Terminais Turísticos de Massa", a serem construídos nos Municípios de São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Santa Helena, Terra Roxa, Marechal Cândido Rondon e Matelândia; além do que, firmou convênio com IPARDES, no valor de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros), com recursos do PRODOPAR, com a finalidade específica de se elaborar um Programa Básico de Turismo para Foz do Iguaçu e Guaíra.

Todavia, há que se pensar no futuro, especialmente no aspecto da preservação daquele que será o maior polo turístico integrado do Estado do Paraná, tendo por pontos extremos Foz do Iguaçu e Guaíra, municípios cuja vocação natural é o turismo.

Assim, tendo por base as disposições da Lei Federal n.º 6.513, de 20 de dezembro de 1977, proponho a Criação de Áreas de Interesse Turístico e Locais de Interesse Turístico para os municípios localizados na área de influência do futuro Lago Internacional do Paraná, como medida tutelar daquela região, objetivando a preservação das reservas e estações ecológicas, as paisagens notáveis, os recursos naturais renováveis e as localidades e acidentes naturais adequados à prática de atividades recreativas, desportivos ou de lazer, a exemplo da recente Lei Estadual n.º 7389, promulgada em 12/11/80 que adota idênticas medidas em relação à proteção do Litoral Paranaense.

Como medida preliminar, requiero a expedição de ofício desta Casa de Leis, ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, no sentido de decretar a criação de uma comissão composta por membros das Secretarias da Indústria e do Comércio, Interior, Planejamento e da Cultura e do Esporte para o início dos estudos de viabilidade e efetiva implantação da proposição ora apresentada."

Encaminho à Mesa o seguinte requerimento: (Lê):  
"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER o envio de expediente ao Governador Ney Braga, no sentido da formação de uma comissão mista, integrada por membros das Secretarias de Indústria e Comércio, Interior, Planejamento e da Cultura e do Esporte, para que estude a viabilidade e projete a implantação de áreas de interesse turístico nos municípios que serão atingidos pelo Lago Internacional de Itaipu.

JUSTIFICATIVA:

Os Municípios de Foz do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Matelândia, Santa Helena, Marechal Cândido Rondon, Terra Roxa e Guaíra perderão parte de seus territórios com a formação do Lago de Itaipu, além de enfrentarem perdas econômicas e sociais das mais diversas ordens. Tendo por base as disposições da Lei Federal n.º 6.513, de 20 de dezembro de 1977, é possível se determinar a criação de áreas de interesse turístico naqueles municípios e assim se compensar, em parte, as grandes perdas que estes enfrentarão com o alagamento de seus territórios.

Sala das Sessões, em 16 de dezembro de 1980."

Era só, Sr. Presidente.

O Sr. Gerriote Kirinus — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, agradeço o aparte, e realmente, Vossa Excelência, embora um pouco tarde, tem razão em fazer os reclamos, as reivindicações que faz, para recompensar a indenização, ou, pelo menos, a inundação do lago de Itaipu.

Mas, acredito, nobre Deputado, que áreas de lazer, ainda é muito pouco em compensação com aquilo que o Paraná perde.

Inclusive, nesta Casa, foi solicitado pelo nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira, que se instalasse uma Comissão Especial para ver o que o Paraná realmente está perdendo com o Lago Itaipu e com a construção de outras usinas, hoje abordadas pelo nobre Deputado Edilson Alencar, do PP, da Ilha Grande.

Acredito que o Paraná deve ser muito agressivo, exigir aquilo que lhe é de direito, porque estamos sendo subtraídos dos últimos recursos hídricos de energia elétrica, aqui do Paraná, quando, na verdade muito pouco se pede em troca disso.

Realmente, Vossa Excelência tem o nosso apoio ao solicitar terminais turísticos e uma série de outras coisas como compensação pelo que perdemos. No entanto, só deixo registrado aqui que tudo isso é muito pouco pelo que o Paraná tem de direito.

Vossa Excelência, com essa reivindicação, vem confirmar o que já dizíamos em 78, 79, e não era demagogia, como se dizia na região, que esse era a maior obra do mundo, e que iria trazer muito benefícios à região.

Vossa Excelência, em prestações está começando, na verdade, a sentir a verdade, o peso de Itaipu.

Congratulo-me com Vossa Excelência pelo despertar lento que Vossa Excelência está tendo ao fazer essas reivindicações que terão o nosso apoio.

Muito obrigado.

O SR. WERNER WANDERER — Agradeço o aparte do nobre Deputado e gostaria de dizer que, aproximadamente, há uma semana, estivemos com uma Comissão de Técnicos do Ministério do Planejamento da Presidência da República, do Ministério do Interior, 20 técnicos que vieram de Brasília conhecer o que Itaipu está trazendo de bem e de mal para o Paraná.

Nós percorremos o trecho: Foz do Iguaçu-Santa Helena-Marechal Cândido Rondon até Porto Mendes e eles constataram que a região Oeste do Paraná vai perder muito com a construção do Lago de Itaipu, já que as melhores terras vão ser inundadas.

E naquela oportunidade, mostramos a esses técnicos, eles que têm o poder de decisões, que estão chegando muito tarde, que o Paraná não está perdendo só com Itaipu mas também com as outras usinas. E dissemos também que o Paraná estava dando, hoje, as melhores terras para as usinas e não temos nada como compensação. E mostramos a eles que realmente eles estavam chegando tarde. Mas, nunca é tarde quando alguém quer ajudar.

Tenho certeza que o Paraná, antes de 82, vai receber muitos auxílios, talvez não tudo o que merecemos, mas um pouco daquilo que merecemos.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Srs. Deputados.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem). Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere e solicita do Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal.

Antes, a Mesa registra com satisfação a presença em nosso plenário, do Sr. Waldemar Walter Dal Moli, Prefeito Municipal de Nova Aurora.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede a chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Responderam a

chamada nominal 40 Srs. Deputados. Há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Quielso Crisóstomo, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 65/80, (Mens. Govern. n.º 71/80), que aprova os Termos de Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e os Municípios aqui especificados, objetivando construção de prédios destinados a Delegacia de Polícia, Cadeia Pública e CIRETRAN, nas sedes dos citados municípios. — Aprovado.

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 65/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### RESOLVE:

Art. 1.º — Ficam aprovados os termos de convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e os Municípios adiante mencionados: Bandeirantes e Santo Antônio da Platina, em 05/09/80; Ivaiporã, em 10/10/80, objetivando a construção de prédios destinados a Delegacia de Polícia, Cadeia Pública e CIRETRAN, nas sedes dos municípios signatários.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de dezembro de 1980.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

TRAJANO BASTOS — Relator

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 75/80, oriundo de Parecer aprovado por maioria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 43/80, (Mens. Govern. n.º 38/80), que aprova o Convênio 43/80, de Cooperação Técnica Financeira, celebrado entre o Estado do Paraná, através de órgãos que especifica, objetivando a elaboração, pela Universidade, de pesquisa de opinião e fim de levantar as necessidades da comunidade e identificar as lideranças formais e informais em todo o Estado do Paraná, com vistas a uma administração participativa. — Em discussão.

O SR. DENI SCHWARTZ — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em terceira discussão o Projeto de Resolução n.º 75/80, que aprova o convênio de cooperação técnica e financeira entre o Estado do Paraná e a nossa Universidade. Assumo a tribuna, primeiro para justificar o meu voto contrário, tanto na Comissão de Constituição e Justiça, como da inutilidade e de como se gasta dinheiro inutilmente neste Estado e neste Brasil.

Senhores Deputados, mais do que a crise de autoridade que vive este País, vivemos uma crise de capacidade. Chegamos às vésperas de Natal, com um Governo que hoje não pode mais ser apelidado de corrupto. Porque é pior do que corrupto, é incapaz.

É um Governo que vive sob opressão, é um Governo que manda exército contra suinocultor, é um Governo que cede sob



pressão. E os jornais de hoje, estão aí a dizer, os 103% de aumento aos militares, enquanto nesta Casa, muito se falou para conseguir um aumento de 72% para o funcionalismo. É um Governo que vive sob greve de procuradores, sob ameaças de juízes e, a onde estamos? Juízes fazendo greve.

É um Governo que acima de corrupto é incapaz e que está vivendo sob pressão, e que traz, atrás desses fatos, uma situação gravíssima. Pois não sei se fecharemos este ano, não tenho certeza, porque é um Governo que está caindo de podre. É um Governo que não dialoga, a não ser através da prensa, através da coação.

E, Governo que se encontra nesse estado, Governo que está nesse estágio, é um Governo perigoso. É um Governo que tanto pode cair como endurecer. E nós tememos pelo pior. E aqui no Paraná, como é que ficamos? Diz o jornal a "Gazeta do Povo", terça-feira, 16 de dezembro de 1980: "não adiantou fecharem o IPARDS que estava dando o custo de vida no Paraná e proibirem os seus técnicos, que têm um "know-how" de quinze anos sob o custo de vida no Paraná, não adiantou o Sr. Secretário do Planejamento proibir que eles continuassem". E como ele disse numa Comissão nesta Casa, "fazendo exercícios de matemática, calculando o preço do custo de vida". Porque o IPARDS agora vê num de seus índices confirmado, e está aqui, "O maior índice de rotatividade no mês de outubro, foi constatado em Belém, seguindo-se Curitiba, com 4,8%". Diz mais o jornal a "Gazeta do Povo", de hoje, do total de seis Capitais e Estados, apresentaram um saldo negativo na oferta de emprego: Belém, 1,29%, Curitiba, 0,50%. E diz mais ainda, "e em relação a 79, somente quatro Capitais tiveram reduzida suas ofertas de emprego — Belém com 0,48%, Rio de Janeiro com 0,13% e Curitiba com 0,8%".

Portanto, vivemos num Estado que se dizia existirem 10 milhões de pessoas, e se constatam cerca de 8 milhões. Vivemos num Estado, que parece uma euforia. Mas, onde o colono que vendeu o feijão há dez dias atrás por seis mil cruzeiros a saca, o seu vizinho hoje, está vendendo por três mil cruzeiros. E amanhã, não se diga que esse colono não deva pegar em armas, porque, vejam bem Srs. Deputados, se um vizinho vendeu a seis, por que o outro deve vender a três? Porque a incapacidade do Governo, em estabelecer um preço razoável. E talvez, até os três mil cruzeiros sejam razoáveis, mas estruturalmente, psiquicamente, como é que fica o colono vendo o seu vizinho vender a seis e ele no dia seguinte, por manobras de mercado ter de vender seu produto a três?

Esta é a situação, o quadro negro que vive esta Pátria. Lembrávamos há poucos dias, que só no Sudoeste e Oeste do Paraná, durante esse ano, sete movimentos sociais da mais alta significação foram movidos. Aí estão as Notas Promissórias Rurais, que o Governo teve de ceder sob pressão. Está aí Itaipu, com o movimento de Santa Helena. Está o PROAGRO do feijão, em que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais levantaram e obrigaram o Banco a cumprir o que tinha sido prometido em praça pública. Estão as desapropriações das terras, também movimento dos sindicatos e da Pastoral da Terra.

Está aí a invasão de terras particulares da Jacometti, Marudin, altamente significativo porque são pessoas entrando em terras de propriedade particular. Está aí o movimento do soja lá no Oeste do Estado, e agora o movimento do suinocultor. E o que que nós estamos fazendo para resolver isso? Estamos vivendo num Estado onde sete movimentos altamente significativos, movimentos sociais altamente significativos se feriram em menos de um ano!

E o que fazemos nós, eu vos pergunto. Vejam agora que o Governo talvez interessado em saber, e não precisa saber, basta ler na "Gazeta do Povo" para ver a crise que vivemos, o Governo resolve o quê?

Fazer uma pesquisa de opinião pública e como diz a

Mensagem do Sr. Governador, para descobrir as lideranças formais e informais no sentido de termos um Governo, uma administração participativa.

Meus Senhores, do Governo nós já sabemos como anda. O pior é que descobrimos a incapacidade também da Universidade Federal do Paraná que, pegando cinco milhões de cruzeiros do suor do imposto do paranaense, fez essa ridicularia. Primeiro, se submeteu a isso, e depois está aqui, Srs. Deputados, as perguntas que qualquer criança faria um formulário de uso, feita pela Universidade do nosso Estado, numa demonstração de incapacidade também dos cientistas sociais que existem nessa Universidade.

Vejam os Senhores se alguém aqui queria procurar lideranças. Se realmente queria saber dos problemas do Paraná, ou se queriam e vejam bem os Senhores do PDS, inclusive descobrir lideranças alternativas ou são os Senhores mesmo, homens do PDS. Vejam as perguntas. São meramente quatro perguntas que custaram cinco milhões de cruzeiros aos cofres públicos deste Estado. Eu vou ler as perguntas, se me permitem:

1 — Dentro de sua comunidade, quem você escolheria para ajudá-lo a resolver problemas de seu trabalho ou atividade?

2 — Dentro de sua comunidade quem você escolheria para resolver os problemas de seu ramo de atividade junto a órgãos públicos e particulares?

Estava se pesquisando qual o melhor candidato a despachante naturalmente, a despachante junto aos órgãos públicos, esquecidos que o Governo ou o Partido do Governo tem a maioria dos Vereadores que são líderes das suas comunidades. Que o Partido do Governo tem a maioria dos Prefeitos que são líderes da sua comunidade e tem os Deputados Estaduais e Federais líderes das suas comunidades por votos diretos.

E aí é que o sentimento do homem político neste momento em que o político está tão amesquinhado, onde o político é atacado, e eu acho dever inclusive como homem de oposição, defender inclusive a liderança daqueles que sendo meus adversários, mas foram escolhidos sem pesquisas, mas através do voto.

Vejam as outras perguntas: — Na sua opinião aponte os principais problemas de sua comunidade que o Estado deveria resolver?

Convenhamos, são três perguntas, pode responder como no vestibular, são três opções. É óbvio que não se conhecerão os problemas do Estado através de um questionário como este, e muito menos, a quarta pergunta:

Qual a pessoa que você escolheria para resolver os principais problemas da sua comunidade junto a órgãos públicos e particulares? Tenho certeza absoluta que os Senhores Deputados estarão pensando que me enganei e li três vezes a mesma pergunta. Não é.

São três perguntas com o mesmo sentido. Aqui está o formulário da nossa Universidade. Isso, Senhores Deputados, nos fez dar um parecer contrário a esse projeto. E acho que esta Casa tem o dever cívico de começar a cobrar seriedade dos Senhores Governadores, dos Srs. Secretários. Porque não é possível que se gaste um cruzeiro sequer para este tipo de baboseira. Não é possível que, inclusive, teve o grande mérito apenas, mostrar ao povo do Paraná que a nossa Universidade também está falida, porque com cinco milhões de cruzeiros não conseguiu mais do que fazer três perguntas óbvias. Tão óbvias que bastariam eleições agora em 1980, para Prefeitos e Vereadores, que as lideranças estariam sendo descobertas. Temos absoluta certeza que nestas eleições o Partido do Governo sairia vencedor. Mas não se fizeram as eleições por economia.

Dizia já o ex-Ministro do Planejamento, Mário Henrique Simonsen, já em 1978 ele afirmava que provavelmente as eleições de 1980 não poderiam ser travadas por medidas de econo-

mia. Mas se gasta cinco milhões de cruzeiros para se constatar o nada.

O Sr. Gernote Kirinus — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Só para lembrar, talvez, que o Governo que encomenda uma tal pesquisa, talvez esteja pensando ou acreditando que os seus Deputados que se elegeram pelo seu partido, não tenham se eleito pelo voto legítimo, mas sim talvez pelo voto da compra e venda. Comercialização do voto. Talvez computando com este dado, é que eles necessitam fazer uma pesquisa para saber quem de fato é o líder, não aquele que foi votado pelo dinheiro, para aquele que de fato representa o líder. Talvez o Governo tenha razão em fazer uma pesquisa destas, para ver em que altura andam.

O SR. DENI SCHWARTZ — Ouso não concordar com o nobre Deputado Kirinus...

O Sr. Erondy Silvério — Muito bem, nobre Deputado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Porque acho que é chegado o momento da classe política, como um todo, se unir contra aqueles que querem nos denegrir em princípio, e principalmente - muito bem disse o ex-Ministro Severo Gomes em uma entrevista na televisão, quando lhe perguntaram, atrevidamente, se ele não se sentia menor, ele que é um intelectual, que gosta de música, da arte, da pintura, arte-segundo a pessoa que o interrogava, arte maiores, como ele se sentia estando hoje no meio político, se ele não se sentia menor, e ele teve a seguinte resposta: A arte maior é a da Política. Sem política, não existem as outras artes.

É por isto que acho que é chegado o momento, neste final de ano, que recomeçamos o ano que vem cobrando mais seriedade. Tenho absoluta certeza que o Governador político como temos, talvez não esteja sabendo disto.

Mas saem dos tecnocratas que ficam a imaginar, como disse agora ainda o ex-Governador Jayme Canet, em Cascavel, que não saem dos seus escritórios de ar condicionado a imaginar o Paraná.

Eles não vão lá, mandam os estudantes fazer esta ridicularia, que não só envergonha ao Governo de ter solicitado, mas envergonha inclusive a elite intelectual de nosso Estado. Mostra que a Universidade está mais podre do que se diz, que a Universidade também está neste rol de incapazes, porque convenhamos, tal tipo de questionamento é infantil, não se pode admitir numa Universidade, este comportamento, e na qual muitos aqui presentes têm orgulho de ter passado em seus bancos e que se orgulha de ser a mais antiga do País.

Por isto a nossa revolta neste momento e o voto contrário.

O Sr. Nelson Friedrich — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Pela exposição que fez, quero parabenizá-lo. É este assunto que nos levou à tribuna na última oportunidade em que falamos, no primeiro semestre, porque exatamente era o último dia da sessão, quando denunciávamos a existência deste convênio Governo-Universidade Federal do Paraná e que também procurávamos alinhavar algumas coisas com respeito a este triste destino que toma um convênio de ficar pesquisando lideranças formais e informais e também procurar levantar as necessidades da comunidade.

Ora, Deputado, parece-me que a prova desta realidade está exatamente nas lições dos movimentos populares, entre os quais Vossa Excelência destacou:— contra as notas promissórias rurais, contra o confisco da soja, contra o problema do não pagamento do PROAGRO, com referência à inde-

nização de Itaipu, com referência ao problema da invasão de terras particulares, e, afinal de contas, agora, o movimento da suinocultura.

Há poucos dias, fazíamos um pronunciamento, onde dizíamos: "os movimentos populares como lição, e o isolamento do regime como realidade."

E, na verdade, o Governo está tão distante, que acaba de fazer este tipo de projeção em cima de uma entrevista que alguém fará em determinada cidade, cumprindo uma determinação de um convênio, mas cujas indagações não trarão nada de novo e nenhuma contribuição.

Coisas que poderiam ser feitas tranqüilamente, ouvindo-se os Parlamentares, os políticos, as Lideranças comunitárias, as lideranças de bairro, as próprias prefeituras, os vereadores. Enfim, é fácil.

Não há necessidade, hoje, de se gastar 5 milhões de cruzeiros, para avaliar, de um lado, as necessidades comunitárias, de outro, as lideranças formais e informais, para ter-se uma idéia e fazer uma administração participativa.

Um País que durante 16 anos isolou o povo e as comunidades, vem agora, de uma maneira tão acanhada, propor paternalisticamente, uma participação através de um questionário desta espécie, desse baixo quilate.

Efetivamente nós estamos, na verdade, neste instante, como homens de Oposição, até cobrando uma coisa que é natural; são os frutos do regime que isolou todos e que, de repente, fica inventando estas fórmulas, buscando numa Universidade, que não é nada mais, nada menos, do que uma escola reprodutora, onde os que lá estão também se acham como meros funcionários públicos, e têm que fazer aquilo que o Governo quer; não é uma Universidade criativa, mas reprodutora, repetitiva, uma Universidade que, a verdade, está bem longe de uma verdadeira universidade, que hoje nós temos, algumas coisas, como a USP em S. Paulo, e a UNICAMP, mesmo em S. Paulo.

E isso prova que a própria Universidade Federal do Paraná, como a grande maioria das universidades, são escolas que se apresentam como o verdadeiro aparelho ideológico do Estado; estão ali para servir, se consideram meros funcionários públicos, fazendo aquilo que o Estado totalitário, autoritário, pretencioso que aí está, quer.

Mas, ilustre Deputado, em verdade é neste instante que nós precisamos realmente, no final de um ano, cobrar essa nossa competência, porque nós não podemos mais continuar nessa, e, muito menos, admitir que o Presidente da República, João Baptista Figueiredo, há poucos dias, em mais um de seus desabaços, veio a dizer que não gosta de política, e vive no cargo de maior expressão política da Nação.

A onde nós estamos, e como é possível continuar suportando isso?

Por isso, também acompanharei o voto que também já li, de Vossa Excelência, na CCJ e aqui do plenário, porque é inadmissível, é uma ofensa ao PDS, mas, também, é uma ofensa à classe política, gastar 5 milhões de cruzeiros, para contratar uma escola que é o aparelho ideológico do próprio Estado, porque isso eles conseguiram transformar na ditadura, para fazer pesquisa e saber quem é a liderança formal e informal do Estado, para saber os problemas comunitários.

Ora, se esses tecnocratas que elaboraram esse esboço de convênio, na Secretaria do Planejamento, ouvissem um pouco o que os Deputados e Vereadores têm dito nos Congressos, nas reuniões, nas Câmaras, neste plenário, não precisariam gastar 5 milhões de cruzeiros, precisariam sim, gastar um pouco de decência que falta para eles.

Obrigado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Agradeço o aparte do Deputado Nelson, que confirma o nosso parecer. O nosso parecer

foi exatamente neste sentido: há que se dar valor à classe política ou então que se assuma.

Porque, o que não se pode é continuarmos com tecnocratas, sem ouvir os políticos, nós temos um exemplo magnificamente elaborado em número de volumes, e que o Deputado Darcy Deitos teve oportunidade de discutir desta tribuna, onde se prevê para a região pobre do Paraná, num projeto de pedido de financiamento externo, a construção de 711 latrinas.

Isso demonstra a que nível o nosso técnico está. Que se façam as latrinas, não é o problema, mas o espírito até paternalista exatamente na região onde a ACARPA e anteriormente o Ponto 4, mais atuou. E passados 25 anos de atuação, pregando essa necessidade de higiene etc., se constata que ainda precisamos arranjar dólares para construímos latrinas, nas escolas!

É isso que acho que a classe política tem que começar a reclamar, porque, senão não sei se os 7 movimentos que aconteceram em um ano, no Oeste e Sudoeste do Estado, não irão se reproduzir não mais à dezenas, mas às centenas, neste País, neste Estado.

E este Governo que já vive acuado, um Governo que derrubou um Ministro anteontem, pôs outro ontem e já cedeu. Estão aí os novos vencimentos dos professores universitários, inclusive a pressionar, porque quando se falava em vencimentos de professores, o Governo do Estado dizia que não podia pagar mais de dois salários mínimos ao professorado de menor vencimento. Agora, vem o Governo Federal e o menor salário é de cento e três mil cruzeiros!

Não estou dizendo que isso é pouco ou é muito. Estou mostrando as contradições deste Governo, deste sistema, deste regime econômico em que vivemos e que nos levará, indiscutivelmente, não a termos apenas meia dúzia de movimentos no Oeste e Sudoeste, mas centenas de movimentos. E aí será o caos.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado, me sinto forçado a acompanhar o voto de Vossa Excelência embora minhas razões não sejam as mesmas de Vossa Excelência.

Entendo de que só existe administração participativa onde existe um processo democrático. A partir do instante em que já começando pela indicação do chefe do grupo, ou seja, no caso, do Governador e isso não seja feito através do método democrático da eleição direta, é evidente que não haverá e não poderá haver, participação popular na administração.

Então, me parece impossível conciliar uma coisa com outra. Devemos viver efetivamente o processo democrático, a possibilidade do povo participar do Governo, através e como condição básica e fundamental, da eleição de seus governantes, e tudo o resto, nobre Deputado, se fará automaticamente.

Caso contrário, de nada adianta escrever na lei, pintar-se as paredes que devem ser brancas, se na mente, no consciente, está cor negra.

Então, nobre Deputado, quando se fala em descobrir nomes para se fazer uma administração participativa, está se tentando o impossível.

Não é a revelação de nomes que vai mudar toda essa sistemática implantada neste Governo, qual seja: quem tem o poder de decisão nas mãos, deve ter o compromisso com os interesses populares. E esses interesses só serão realmente assumidos no instante em que o Governo depender da eleição direta, do voto popular.

Só a partir desse instante, haverá, realmente, administração participativa. Caso contrário é impossível.

Agora, concordo com Vossa Excelência quando diz que esse tipo de pesquisa é uma afronta para o Partido, não para a

Oposição, para o Partido que dá sustentação política ao Governo. Se o Partido que dá sustentação política, inclusive nesta Casa, que, às vezes, cabisbaixo e sem respostas coerentes para rebater argumentos de peso como este, suportam tudo isto e não conseguem participar da administração, daí sim, a maior afronta para os homens de boa vontade desse Partido que manietados por outros interesses, por outras situações, não conseguem reagir a isso.

Isso é, realmente, um tapa na cara de cidadãos ilustres mas que manietados por um sistema todo, que é o sistema ditatorial, que é o sistema arbitrário, impede que eles participem dando a colaboração e a capacidade que têm. Por isso, Sr. Deputado, apesar do Governo fazer que depende de um partido para lhe dar sustentação política, este partido nesta Casa, inúmeras e centenas de vezes, levantou a voz aqui contra os tecnocratas que infestam esta Nação.

Na verdade o que o Governo precisa, é deste partido para fazer a grande farsa do aspecto legal da coisa. Veja Vossa Excelência que nos últimos tempos, o Governo Federal tem conseguido do seu partido, o triste papel de correr da raia, ou deixar passar todas as mensagens, todas as propostas que o Governo quer, por decurso de prazo.

Daí, Sr. Deputado, se explica o motivo muitas vezes de críticas partidas do PDS, mas são críticas inconseqüentes, porque o mal da raiz está verdadeiramente na falta de um processo democrático nesta Nação e a mensagem do Governo e o custo deste dinheiro, este dinheiro gasto, realmente não vai atingir o objetivo, porque o objetivo só será atingido a partir do instante em que a participação se faça já na escolha do Governo, porque aí é um Governo que terá que assumir os compromissos empenhados.

Muito obrigado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Incorporo as suas razões às razões que expus no meu relatório, no qual inclusive faz alguma menção ao que Vossa Excelência acaba de afirmar, quando digo o seguinte: entendemos que não há necessidade de caros levantamentos para identificar lideranças, bastam eleições. Parece-me que com isso se não se resolveriam todos os problemas brasileiros e paranaenses, pelo menos, haveria aí sim, uma administração participativa, porque o povo, votando, passaria a ter um pacto com o Governante, passaria a ser participante do Governo, e sem eleições é muito mais fácil o povo dizer — não tenho nada com isso, já que não fui eu quem elegeram quem aí está.

Concedo o aparte.

O Sr. Gernote Kirinus — Só gostaria de, rememorando aquelas perguntas, inclusive se não me engano, uma das perguntas era de qual a pessoa que escolheria para ajudá-lo a encaminhar problemas, para resolver os seus problemas. Quer dizer, perguntas dirigidas logicamente de forma a encontrar uma liderança paternalista.

Não estou de acordo com as perguntas, mas acredito e é o que eu queria dizer antes, que as perguntas espelham o retrato do tipo de liderança que é permitido nos sindicatos, nos parlamentos, em todos os aspectos.

Quando são lideranças que mais reivindicam, que apresentam soluções que apresentam projetos, o Parlamento não tem condições de apresentar projetos a não ser aqueles projetos de títulos de cidadão honorário e outros tantos. Quer dizer, projetos sérios, de verdade, têm de emanar do Executivo.

Então acredito que por falta de prerrogativa, os gabinetes de nós, Deputados, passam a ser um escritório de despachante para dar bolsas de estudos (e inclusive eu me rebelei no início deste ano contra as bolsas de estudos, porque é prerrogativa do Executivo, instituir o ensino ao alcance de todos, e não do Legislativo), a assistência social (inclusive fiz emendas nesse

sentido para o orçamento, para que acabemos de ser assistentes sociais muito bem pagos, mas que não têm preparação para ser assistente social, porque somos Deputados, legisladores e não assistentes sociais) fomos buscados para encaminhar aposentadorias, inclusive existe disputas entre Deputados para internar parentes de um determinado líder político de uma região - (ocorreu este ano e que é de meu conhecimento), para procurar emprego, para resolver o problema dos porcos que invadem a roça do vizinho. Quer dizer, somos procurados para esse tipo de coisas porque não tem o Parlamento prerrogativas verdadeiras. Agora continuo a me atrever, me atrevo a pensar de que esse não é o Deputado que eu queria ser, que esse não é o Poder Legislativo que eu espero de uma democracia e me atrevo ainda a admitir, porque enfrentei este problema, porque cohecia este problema de perto de que a comercialização do voto existe, e ninguém vá dizer que não existe, porque de fato ela existe, ela pode ser inclusive comprovada, se formos na minha região posso comprovar. Nobre Deputado, me atrevo a permanecer fiel à minha consciência.

Obrigado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Vossa Excelência abordou, antes de encerrar e respondendo vosso aparte. Levantou um dado que não havia me ocorrido, inclusive aqui no formulário feito pela Universidade. Das 3 perguntas que falam realmente, no problema de se descobrir lideranças, das 3 perguntas, duas, estão na primeira pessoa.

— Quem você escolheria para ajudá-lo? Quer dizer, se o médico de uma cidade, é um bom médico comunitário, é provável que ele tenha ganho, é o líder da cidade. Não se perguntou aqui, qual a pessoa que tem uma visão ampla da coisa, e as duas perguntas, das 3, duas perguntas estão realmente na primeira pessoa: — Qual a pessoa que você escolheria para ajudá-lo? E qual a pessoa que você escolheria para resolver o seu ramo de negócio?

Vossa Excelência levantou muito bem esse fato da individualidade, do paternalismo inclusive, o que demonstra mais uma vez, e esse é o grave, o nível dos nossos cientistas sociais da Universidade. Essa é a razão do meu voto contrário a esse projeto de lei.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Continua em discussão o Projeto de Resolução n.º 75/80. Encerrada a discussão. Em votação.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pedi a palavra para o encaminhamento da votação, de vez que tive a oportunidade de apresentar na Comissão de Constituição e Justiça, voto em separado vitorioso, com relação ao convênio firmado entre a Universidade Federal do Paraná e o Governo do Estado, com a interveniência das Secretarias de Estado, Planejamento e Administração, com vistas a auscultar a opinião popular nos diversos quadrantes do Paraná.

E entendia, que andava bem o Governo do Estado, ao formular tal convênio com uma entidade de ensino tradicional e renomado a nível nacional, como é a Universidade Federal do Paraná.

E, para discordar naquela ocasião, da argumentação política que levantara o nobre Deputado Relator Deni Schwartz. Porque fundamentava o seu parecer contrário a nível

de Comissão, não em argumentos jurídicos, mas em argumentos políticos. Sabe-se e é curial para qualquer Deputado que, a determinação em se realizar convênios, parte, exclusivamente, do Governador do Estado.

Diz a Constituição no seu artigo 47 — “que cabe ao Chefe do Poder Executivo, a feitura de contratos e de convênios, com os estabelecimentos a nível federal e a nível municipal”. O que caberia, naquela ocasião, à Comissão de Constituição e Justiça analisar, era da legalidade ou não do convênio que se analisava na ocasião.

Entretanto, a argumentação do Deputado Deni, é de que não deveria ter sido feito aquele investimento por parte do Governo do Estado, com duas argumentações fundamentais: da que o convênio não tinha objeto e de que o convênio se tivesse, teria objeto político eleitoral.

Respondi, Sr. Presidente, à argumentação do Deputado Deni num voto em separado e disse naquela ocasião e repito agora, se fosse interesse do Governo em fazer uma pesquisa de caráter eleitoral ou político, teria contratado uma empresa particular, o IBOPE dentro das verbas orçamentárias disponíveis, dentro do quadro orçamentário do Governo do Estado. Ou poderia até ter contratado uma empresa estrangeira, o “Gallup”, provavelmente por uma soma, 4, 5, 6, 10 vezes superior. Mas o que fez a Secretaria da Administração e a Secretaria do Planejamento?

Preferiu fazer um convênio, destinar verbas a um Centro de Estudos do Paraná, e através de estudantes universitários do setor de Ciências Sociais da Universidade mais antiga do Brasil, fazer um levantamento de pesquisa de opinião pública, a respeito do que pensa o morador do interior do Paraná, no seu habitat com relação aos problemas brasileiros e às aspirações estaduais.

Disse o eminente Deputado Deni Schwartz em seu Parecer, que as lideranças formais são conhecidas através do processo eleitoral. Isso todos nós sabemos. Bastam realmente eleições, para se conhecer a opinião das lideranças formais.

Entretanto, das lideranças informais, só através de um processo, de um processo de pesquisa como o que foi feito, via de convênio Governo do Estado e Universidade Federal. Em nenhum momento a disposição por parte dos autores da pesquisa, que certamente ficará à disposição de todos os Srs. Deputados, no Centro de Estudos Sociais da Universidade Federal do Estado do Paraná, em negar o conhecimento a esta pesquisa.

Portanto, e por entender que o Governo do Estado andou bem quando fez um convênio, sabendo de antemão que precisava da ratificação da Assembléia Legislativa para esse convênio, é que faço um apelo aos eminentes Deputados, no sentido de que votem favoravelmente ao voto em separado vencedor, a nível de Comissão de Constituição e Justiça.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Gernote Kirinus, para encaminhar.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, realmente desconhecia o questionário apresentado pelo nobre Deputado Deni Schwartz como exemplo da famosa pesquisa que está gerando a celeuma aqui, no entanto acredito que hoje os meios científicos na área da sociologia, dado os poucos conhecimentos que tenho desta área, existem para levantar as lideranças que o nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira estava se referindo, outros métodos mais eficazes, que é o

processo da sociometria, ou seja, através de sociogramas, onde segundo me consta as perguntas nunca são diretas, assim como são essas.

São feitas perguntas indiretas para detectar certa liderança, por exemplo, a nível de confiança, ou liderança a nível de capacidade administrativa, ou lideranças a nível de capacidades várias que se queira pesquisar. Mas essas perguntas são diretas, são perguntas dirigidas a uma liderança paternalista, de ajudar.

Normalmente, só para citar um exemplo, e para não dizer que estou aqui falando coisas que não conheço, nós temos feito já a nível de igrejas, usado a sociometria. E quando a gente quer saber se o sujeito acredita em Deus, ou não acredita, nunca se pergunta: — Você acredita em Deus? Porque é óbvio que ele vai responder dentro dos padrões da igreja.

Se faz perguntas, por exemplo, indiretas: — Pergunta-se se ele acredita que o homem foi à lua? E se ele tem uma visão teocrática, uma visão teológica baseado na magia, ele vai dizer que Deus jamais ia permitir que o homem fosse à lua.

Nesse sentido nós já temos, logo na resposta do interrogado, a visão de Deus que ele tem. Mas nunca perguntas diretas. Eu até acredito que não são cientistas do Paraná, pelo menos não são os melhores cientistas do Paraná que formularam essas perguntas. Devem ser alguns picaretas que estavam interessados nos cinco milhões a que se referia o Deputado Deni Schwartz.

Obrigado, Sr. Presidente (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação. Aprovado.

O SR. TRAJANO BASTOS — Pela ordem, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa deferir e procede a verificação de votação.

19 Srs. Deputados o aprovam; 14 Srs. Deputados o rejeitam. — Aprovado.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 53/78, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que cria no Município de Guarapuava, o Distrito Administrativo de Turvo, com sede e divisas na localidade do mesmo nome. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — (Anexo o Projeto de Lei n.º 122/80 de autoria do Deputado TRAJANO BASTOS, que versa sobre a mesma matéria).

#### PROJETO DE LEI Nº 53/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
DECRETA:

Art. 1º — Fica criado, no Município de Guarapuava, o Distrito Administrativo de Turvo, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes: começa na foz do Rio Belo no Rio Ivaí, segue por este, confrontando com o Município de Reserva, até a foz do Rio Pedrinho ou Bonito, por este acima confrontando com o Município de Pitanga, até a nascente de um dos seus principais afluentes o denominado Mamota e deste ponto segue confrontando com o Distrito de Palmeirinha pelo divisor de águas Piquiri-Ivaí, a encontrar a linha divisória do imóvel denominado "Baú", e por esta até o Rio Piquiri e por este até a sua principal nascente e desta pelo divisor de águas dos rios Piquiri-Ivaí, a encontrar a cabeceira do ribeirão do Álvaro, e por este a sua foz no ribeirão Campina Bonita, e deste local por uma linha reta a cabeceira do Arroio Fundo - confrontando aqui com o Distrito de Palmeirinha e pelo dito arroio até encontrar a linha divisória do terreno dos índios, e por este, confrontando com o Município de Prudentópolis, a sua foz no rio São Francisco, de cuja junção é formado o rio Belo, é por este até sua foz do rio Ivaí.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de maio de 1978.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Guarapuava tem alcançado grande progresso, mercê da operosidade dos coestaduanos que vivem no seu vasto território, notadamente em regiões interioranas. Dentre estas, cabe ressaltar o distrito judiciário de Turvo, onde uma população de quase nove mil pessoas tem contribuído para o engrandecimento de Guarapuava e do Paraná.

Além de ativa agricultura e bom rebanho, a economia local é desenvolvida por diversas casas de comércio.

Outrossim, dentre o elevado número de edificações, muito superior a cinquenta na sede, encontram-se estabelecimentos de ensino, de assistência social e médica, de culto, etc.

Assim, verificado o atendimento às exigências essenciais, se afigura conveniente a criação do distrito administrativo com as mesmas divisas do distrito judiciário. Isto permitirá melhor racionalização da administração pública de modo a proporcionar maior eficiência no atendimento das necessidades do povo.

Para tanto, esperamos contar com os nobres Pares na aprovação do plano de lei que ora propomos.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N.º 53/78

PARECER

O projeto de lei em exame, que visa criar no Município de Guarapuava o Distrito Administrativo de Turvo, com sede na localidade do mesmo nome, embora traga a delimitação de área e descrição das divisas exigidas por lei, não vem acompanhado dos demais documentos comprobatórios das condições especificadas pelo Art. 9.º, da Lei Complementar n.º 2, de 19 de junho de 1973.

Ao examinarmos a questão mais profundamente, no entanto, somos obrigados a concluir que a iniciativa é bastante oportuna, pois visa regularizar uma situação de fato, que foge às normas naturais, pois o Distrito Judiciário de Turvo existe desde 1953, sem que se tenha criado o correspondente Distrito Administrativo.

Pelos motivos expostos, visando a normalização da situação descrita, opinamos pela aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 3 de dezembro de 1980.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente;  
GILBERTO CARVALHO, Relator.

Em discussão.

O SR. TRAJANO BASTOS — (Para discutir) — Sr. Presidente, antes que Vossa Excelência determine o processo de votação deste projeto de lei, quero, com base no Artigo 126 de nosso Regimento Interno, requerer que o projeto de minha autoria, que versa sobre a mesma matéria, seja juntado ao processo que ora se vota.

Diz o Artigo 126, Sr. Presidente.

"Poderá a Assembléia decidir, a requerimento de qualquer Deputado, que determinada proposição seja juntada ao processo relativo a outra, a fim de que ambas, merecendo os pareceres das Comissões Permanentes competentes, sejam pela sua analogia ou similitude, transformadas numa só."

E justifico, Sr. Presidente. Solicitaria a Vossa Excelência que fizesse chegar às minhas mãos este processo. (Pausa).

Pretendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fazer um breve retrospecto sobre esta matéria para que Suas Excelências, os Senhores Deputados, tomem conhecimento da realidade da coisa. Em 08 de maio de 1978, o ilustre Deputado Ezequias Losso, apresentou um projeto de lei que previa a criação, no Município de Guarapuava, a criação do Distrito Administrativo de Turvo.

Acontece, Sr. Presidente, que este projeto não cumpriu

o que determina a Lei Complementar n.º 2, no seu Artigo 9.º, de 19 de junho de 73. E a 03 de dezembro de 1980, a douta Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, dá um parecer favorável a esta matéria com certas ressalvas.

Acontece porém, Sr. Presidente, que em data de 26 de agosto de 1980, encaminhei um projeto nas mesmas condições, objetivando o mesmo fim. Mas com uma diferença, Sr. Presidente, me transformei de Deputado em diligente, porque fui atrás da documentação que exige a Lei Complementar, para dar a complementação necessária ao meu projeto de lei, fato este que o ilustre Deputado Ezequias Losso não teve a preocupação.

Então, tão logo eu fiz chegar às mãos da C.C.J., os documentos exigidos pela Lei Complementar, a Comissão, em 3 de dezembro, dá um parecer favorável ao projeto do Deputado Losso, e, em 5 de dezembro, aprecia o meu pedido, "que volte à comissão".

Então, o que aconteceu: os documentos que entreguei à Comissão, através da Presidência desta Casa, foram anexados ao projeto de autoria do ilustre Deputado Ezequias Losso.

Então, o que requeiro a Vossa Excelência, depois de ouvido o Plenário, é de que, no mínimo faça justiça, colocando-me, pelo menos, como co-autor desta matéria.

É isto que requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 126, e por respeito até à ética parlamentar, e de conduta parlamentar nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PAULO CAMARGO (Pela ordem) — Sr. Presidente, estou estranhando que conste da Ordem do Dia de hoje, matéria estranha àquela citada na convocação extraordinária, do Sr. Governador do Estado. A Assembléia só pode apreciar e votar a matéria oriunda de Mensagem, e que foi citada na convocação extraordinária.

Entretanto, na Ordem do Dia de hoje, estamos encontrando várias matérias para serem discutidas e votadas, quando elas são sujeitas, inclusive, à anulação, porque não podem ser votadas neste período. Era esta a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa informa ao nobre Deputado que o Projeto de Lei n.º 53/78 veio por solicitação do Sr. Governador, para efeito da presente convocação.

O SR. PAULO CAMARGO — Só que não consta aqui.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa informa que foi lido no expediente da sessão de ontem, a razão da entrada, na Ordem do Dia de hoje, do referido projeto.

O SR. PAULO CAMARGO — Projetos, porque são muitos, importantes e urgentes, mas, de fato, não cita aqui, que foram oriundos de Mensagem e nem de convocação. Agradeço o esclarecimento de Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere a solicitação do Deputado Trajano Bastos, e fará inclusão na Ordem do Dia, e solicita ao Serviço Legislativo que coloque como autor também o nobre Deputado Trajano Bastos.

Em discussão o Projeto de Lei n.º 53/78.

Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como estão. — Aprovado.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 6/80, de autoria do Deputado DAVID CHERIEGATE, que cria no Município de Cascavel, o Distrito Administrativo de Sede Alvorada, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. —

Aprovado

# PROJETO DE LEI N.º 6/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado, no Município de Cascavel, o Distrito Administrativo de SEDE ALVORADA, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

"Início na cabeceira do Rio São Martins, e por este abaixo até a sua foz no Rio Barro Preto e por este abaixo até a sua foz no Rio São Francisco e por este abaixo até a foz do arroio Lopaí, seguindo por este até a sua nascente; deste ponto em linha reta e seca em direção Norte até encontrar a antiga estrada Cascavel-Toledo, seguindo esta estrada até sua passagem pela sanga Barro Preto e por esta até a foz do Rio da Erva e por este acima até sua nascente e deste ponto em linha reta e seca em sentido Sul, até encontrar a Cabeceira do Rio São Martins."

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) DAVID CHERIEGATE.

Apoioamento:

Fabiano Braga Côrtes, Luiz Alberto Oliveira, Lázaro Dumont e Valduga.

JUSTIFICATIVA:

A criação de distritos administrativos decorre de necessidades administrativas do interesse peculiar do município.

A municipalidade de Cascavel, nos termos da Lei Orgânica dos Municípios, já se manifestou favoravelmente por meio de seus órgãos institucionais.

Nestas condições, cumpre a este o Poder atender prontamente a presente reivindicação, legitimada pelo suporte administrativo e pelo pronunciamento das autoridades locais.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 166/80, de autoria do Deputado TERCIO ALBUQUERQUE, que cria o Distrito de Aparecidinha D'Oeste, no Município de São Miguel do Iguaçu, com divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

# PROJETO DE LEI N.º 166/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado no Município de São Miguel do Iguaçu, o Distrito Administrativo de APARECIDINHA D'OESTE, com sede na localidade do mesmo nome e com as divisas e confrontações seguintes:

- 1) Inicia no vértice PESJ 161-A, da poligonal envolvente da Itaipu-Binacional, localizado no povoado de Santa Inês, na Sanga Natal;
- b) Segue, na direção sul, a Sanga Natal, até o marco M 533, do INCRA;
- c) Daí, segue em direção ao marco M 416, M 393, M 397, M 394 e no sentido Sudoeste, até o marco M 312, no lageado das Flores, e continua pelos marcos M 304, M 366, M 367, M 114, M 113, M 294, M 297, M 339 até o M 145, na estrada Jacutinga - São José do Itavó;
- d) Acompanha a estrada Jacutinga - São José do Itavó até o marco M 285 do INCRA, no entroncamento desta estrada que liga Jacutinga a Aparecidinha do Oeste;
- e) Daí segue 130 metros, no sentido sudoeste, pela estrada que liga Jacutinga a Aparecidinha do Oeste, até cruzar com a poligonal envolvente da Itaipu-Binacional, no vértice PEO 1142;
- f) No vértice PEO 1142, segue na direção sudoeste, a poligonal envolvente da Itaipu-Binacional, no vértice

PEO 900, na divisa com o Município de Medianeira;  
g) Acompanha o limite municipal, na direção noroeste, até encontrar novamente a poligonal envolvente de Itaipu-Binacional, em proximidade do vértice PESV 510;

h) Segue a poligonal envolvente, no sentido decrescente da numeração PESJ, até o vértice PESJ 161-A, ponto inicial deste perímetro.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 1980.

(a) TERCIO ALBUQUERQUE

#### JUSTIFICATIVA:

Um acentuado desenvolvimento sócio-econômico tem sido ultimamente a tônica constante nas localidades do Município de São Miguel do Iguçu, ressaltando-se entre essas a localidade de Aparecidinha do Oeste, ora objeto desse projeto de lei, que a transforma em Distrito Administrativo.

Visando atender e amparar o desenvolvimento da comunidade em questão, o Prefeito Municipal Albino Bisso Lotti, enviou representação à Câmara Municipal de Vereadores, que aprovada, tornou-se o Decreto Legislativo 03/80, aprovando a criação do Distrito de Aparecidinha do Oeste.

Ainda segue em anexo, a documentação necessária que comprova as exigências previstas no Art. 9º da Lei Orgânica dos Municípios.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 166/80

##### PARECER

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Tércio Albuquerque, cria o Distrito de APARECIDINHA D'OESTE no Município de São Miguel do Iguçu.

Do exame da documentação que acompanha o plano de lei, verificamos que a mesma atende aos requisitos estabelecidos pelo Art. 9º, da Lei Complementar n.º 2, de 18 de junho de 1973 (Lei Orgânica dos Municípios), nela constando:

- 1) Representação do município, devidamente aprovado pelo seu Legislativo;
- 2) comprovação de população superior a mil habitantes no território;
- 3) existência, na sede do Distrito a ser criado, de mais de cinquenta casas, e
- 4) Delimitação de área, nos termos do inciso II, do Art. 8º, da citada Lei n.º 2, de 18 de junho de 1973.

Atentando para o que foi acima comprovado, nosso parecer é pela APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 3 de dezembro de 1980.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO, Presidente;  
GILBERTO CARVALHO, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 167/80, de autoria do Deputado TERCIO ALBUQUERQUE, que cria o Distrito de São José do Itavó, no Município de São Miguel do Iguçu, com divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N.º 167/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A:

Art. 1º — Fica criado no Município de São Miguel do Iguçu o Distrito Administrativo de SÃO JOSÉ DO ITAVÓ, com sede na localidade do mesmo nome e com as divisas e confrontações seguintes:

a). Inicia no vértice PESJ 161-A da poligonal envolvente da Itaipu-Binacional, localizada no povoado Santa Inês, na Sanga Natal;

b). Segue, na direção sul, a Sanga Natal até o marco M 533, do INCRA;

c). Daí, segue em direção do marco M 416, M 393, M 397, M 394, e no sentido sudeste até o marco M 312 no lajeado das Flores, e continua pelos marcos M 307, M 366, M 367, M 114, M 113, M 294, M 297, M 369, M 339 até o M 145, na estrada Jacutinga-São José do Itavó;

d) Acompanha a estrada Jacutinga - São José do Itavó, até o marco M 285, do INCRA, no entroncamento desta estrada com a estrada que liga Jacutinga a Aparecidinha do Oeste;

e). Daí, segue a 130 metros, no sentido sudeste pela estrada que liga Jacutinga a Aparecidinha do Oeste, até cruzar com a poligonal envolvendo da Itaipu-Binacional, no vértice PEO 1142;

f) Do vértice PEO 1142, segue pela poligonal envolvente na direção sudoeste, passando pelo vértice PEO 1375, até o vértice PEI 328, e segue ao norte, até o PEI 1;

g) Passa para a numeração PESJ 1 da poligonal envolvente e acompanha no sentido crescente da numeração até o vértice PESJ 161-A, ponto de partida deste perímetro.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 1980.

(a) TERCIO ALBUQUERQUE

#### JUSTIFICATIVA:

Um acentuado desenvolvimento sócio-econômico tem sido ultimamente a tônica constante nas localidades do Município de São Miguel do Itavó, ora objeto deste projeto de lei que a transforma em Distrito Administrativo.

Visando atender e amparar o desenvolvimento da comunidade em questão, o Prefeito Municipal Albino Bisso Lotti enviou representação à Câmara Municipal de Vereadores que aprovada tornou-se o Decreto Legislativo 02/80, aprovando a criação do Distrito de São José do Itavó.

Ainda, segue em anexo a documentação necessária, que comprova as exigências previstas do Art. 9º da Lei Orgânica dos Municípios.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 167/80

##### PARECER

O projeto de lei em pauta, de autoria do Deputado Tércio Albuquerque, cria o Distrito de São José do Itavó, no Município de São Miguel do Iguçu.

Do exame da documentação que acompanha o plano de lei, verificamos que a mesma atende aos requisitos estabelecidos pelo Art. 9º, da Lei Complementar n.º 2, de 18 de junho de 1973 (Lei Orgânica dos Municípios), nela constando:

- 1) Representação do Município, devidamente aprovada pelo seu Legislativo;
- 2) comprovação de população superior a mil habitantes no território;
- 3) existência, na sede do Distrito a ser criado, de mais de cinquenta casas, e
- 4) Delimitação da área, nos termos do inciso II, do Art. 8º, da citada Lei n.º 2, de 18 de junho de 1973.

Atentando para o que foi acima comprovado, nosso parecer é pela APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 3 de dezembro de 1980.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO, Presidente;  
GILBERTO CARVALHO, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 182/80, de autoria



do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 84/80), que visa modificar a estrutura da Procuradoria Geral da Justiça e altera seu Quadro de Pessoal, conforme especifica.— Aprovado.

01	Chefe de Gabinete	1 C
01	Secretário do C.S.M.P.	1 C
02	Assistente	3 C

PROJETO DE LEI N.º 182/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — A Procuradoria Geral da Justiça do Estado terá a seguinte estrutura:

- I - Procurador Geral da Justiça
  - a. Gabinete do Procurador
  - b. Secretaria
- II - Conselho Superior do Ministério Público
- III - Corregedoria do Ministério Público
- IV - Coordenação das Promotorias e Curadorias
- V - Coordenação de Recursos
- VI - Coordenação de Informação e Pesquisa.

Art. 2.º — A Secretaria da Procuradoria Geral da Justiça compõe-se de:

- a. Gabinete do Secretário Geral
- b. Coordenadoria Judiciária
- c. Coordenadoria Administrativa.

Parágrafo Único — O detalhamento da estrutura das Coordenadorias será fixado por ato do Procurador Geral da Justiça.

Art. 3.º — O Conselho Superior do Ministério Público terá uma Secretaria Administrativa.

Art. 4.º — A Corregedoria do Ministério Público compõe-se de:

- a. Gabinete do Corregedor do Ministério Público
- b. Assessoria.

§ 1.º — O Corregedor será assistido por um Promotor Adjunto.

§ 2º — O Promotor Adjunto e o Chefe da Assessoria da Corregedoria serão agentes do Ministério Público, escolhidos pelo Corregedor.

Art. 5.º — A Corregedoria do Ministério Público, as Coordenações das Promotorias e Curadorias, de Recursos e de Informação e Pesquisa contarão cada uma, com uma unidade para o desenvolvimento de atividades de apoio administrativo, compreendendo subunidades de arquivo, datilografia, protocolo e expediente.

Art. 6.º — A Procuradoria Geral da Justiça manterá um Curso de Formação de Estagiários e de Preparação para o Ministério Público, que contará com uma Secretaria Administrativa.

Art. 7.º — Para atender a estrutura estabelecida nesta lei ficam criados, no Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral da Justiça do Estado, os seguintes cargos isolados de provimento de comissão:

Art. 8.º — Os cargos de provimento efetivo que compõem o Quadro Próprio de Pessoal da Procuradoria Geral da Justiça do Estado são os constantes do Anexo I, da presente lei.

Art. 9.º — Os funcionários estáveis no Serviço Público Estadual que há mais de dois anos, contados até a perda da publicação desta lei, estejam prestando serviços na Procuradoria Geral da Justiça do Estado, poderão ser enquadrados nos níveis 13 e 14 da série de classe de Auxiliar Judiciário; na forma do Anexo II, desde que se manifestem por escrito no prazo de 180 dias, a contar da publicação desta mesma lei.

Art. 10 — Os atuais integrantes do Quadro Próprio de Pessoal da Procuradoria Geral da Justiça do Estado, estáveis no Serviço Público Estadual, que à data da publicação desta lei tiverem diploma de bacharel em Direito devidamente registrado, poderão ser aproveitados no nível inicial da série de classe de Assistente Jurídico, mediante concurso interno de caráter competitivo, obedecida a existência de vaga e a ordem de classificação.

Art. 11 — Os atos de enquadramento de que tratam os artigos anteriores, bem como os de promoção e acesso, e a realização de concurso para o provimento dos cargos iniciais das séries de classes que formam o Quadro Próprio de Pessoal da Procuradoria Geral da Justiça do Estado, poderão ser delegados, por Decreto do Governador do Estado, ao Procurador Geral da Justiça do Estado.

Art. 12 — Os integrantes da série de classe de Assistente Jurídico do Quadro Próprio da Procuradoria Geral da Justiça do Estado farão jus à percepção da gratificação de produtividade de que trata a Lei n.º 6.569, de 25 de junho de 1.974, no mesmo valor atribuído ao ocupante de cargo de Advogado do Quadro Único de Pessoal do Estado.

Art. 13 — No prazo de noventa dias contados da vigência desta lei o Poder Executivo, mediante proposta aprovada pelo Conselho Superior do Ministério Público, encaminhada através da Secretaria de Estado da Justiça, definirá as atribuições dos órgãos que compõem a estrutura da Procuradoria Geral da Justiça do Estado.

Parágrafo Único — Até que seja expedido o ato de que trata este artigo é aplicável a regulamentação existente.

Art. 14 — Para atender às despesas decorrentes da execução da presente lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no valor de Cr\$ 7.000.000,00 (sete milhões de cruzeiros), servindo como recurso para a respectiva cobertura qualquer das formas especificadas no parágrafo primeiro do art. 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1.964.

Art. 15 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 15 de dezembro de 1.980.

(a) PODER EXECUTIVO.

n.º de cargos	denominação	símbolo
02	Chefe de Coordenadoria	1 C

ANEXO I  
SISTEMÁTICA DOS CARGOS EFETIVOS  
PARTE PERMANENTE

CÓDIGO	SÉRIE DE CLASSE	NÍVEL	ACESSO	N.º de CARGOS
GRUPO OCUPACIONAL – TC – 100 BIBLIOTECÁRIO				
TC 101	BIBLIOTECÁRIO	28	—	1
TC 101	BIBLIOTECÁRIO	27	—	1
TC 101	BIBLIOTECÁRIO	26	—	1
TC 101	BIBLIOTECÁRIO	25	—	1
TC 101	BIBLIOTECÁRIO	24	—	1
				Total 5

GRUPO OCUPACIONAL – TC – 100 ASSISTENTE JURÍDICO

TC 101	ASSISTENTE JURÍDICO	30	—	1
TC 101	ASSISTENTE JURÍDICO	29	—	1
TC 101	ASSISTENTE JURÍDICO	28	—	1
TC 101	ASSISTENTE JURÍDICO	27	—	1
TC 101	ASSISTENTE JURÍDICO	26	—	1
				Total 5

ANEXO I  
SISTEMÁTICA DOS CARGOS EFETIVOS  
PARTE PERMANENTE

CÓDIGO	SÉRIE DE CLASSE	NÍVEL	ACESSO	N.º DE CARGOS
I - SERVIÇO: ADMINISTRAÇÃO E ESCRITÓRIO (A E) GRUPO OCUPACIONAL – A E 100 JUDICIÁRIO				
AE 101	OFICIAL JUDICIÁRIO	23	—	4
AE 101	OFICIAL JUDICIÁRIO	22	—	5
AE 101	OFICIAL JUDICIÁRIO	21	—	7
AE 101	OFICIAL JUDICIÁRIO	20	—	8
AE 101	OFICIAL JUDICIÁRIO	19	—	9
				Total 33
AE 102	AUXILIAR JUDICIÁRIO	18-Oficial Judiciário		4
AE 102	AUXILIAR JUDICIÁRIO	17-Nível 19		5
AE 102	AUXILIAR JUDICIÁRIO	16	—	6
AE 102	AUXILIAR JUDICIÁRIO	15	—	7
AE 102	AUXILIAR JUDICIÁRIO	14	—	8
AE 102	AUXILIAR JUDICIÁRIO	13	—	9
				Total 39

II – SERVIÇO: TÉCNICO CIENTÍFICO (TC)  
GRUPO OCUPACIONAL – TC – 100 TÉCNICA ADMINISTRATIVA

TC 101	TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO	28	—	1
TC 101	TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO	27	—	1
TC 101	TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO	26	—	1
TC 101	TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO	25	—	1
TC 101	TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO	24	—	1
				Total 5

ANEXO II  
ENQUADRAMENTO A QUE SE REFERE O ARTIGO 9º

SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO NOVA
2 Datilógrafos, nível 10	Auxiliar Judiciário, nível 14
3 Serventes, nível 05	Auxiliar Judiciário, nível 13

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 183/80, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mens. Govern. n.º 85/80), que autoriza o Poder Executivo a dar fiança nos empréstimos que vierem a ser contraídos pelo Banco do Estado do Paraná S/A, com o Banco Nacional de Habitação, para serem aplicados através da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR.

# PROJETO DE LEI N.º 183/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1o. — Fica o Poder Executivo autorizado a dar fiança aos empréstimos contraídos ou que venham a ser contraídos pelo Banco do Estado do Paraná S/A, com o Banco Nacional de Habitação, para serem aplicados através da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, até o máximo de 5.500.000 (cinco bilhões e quinhentas mil) UPC, correspondentes nesta data, a Cr\$ 3.649.580.000,00 (três bilhões, seiscentos e quarenta e nove milhões, quinhentos e oitenta mil cruzeiros), destinados à execução de obras do sistema de abastecimento de água e esgotos em município do Estado, e a conferir ao Banco Nacional da Habitação os poderes para levantar, junto ao Governo Federal, as parcelas do Fundo de Participação dos Estados, que lhe couberem, na forma de legislação, em vigor, e na sua insuficiência ou extinção, levantar junto aos órgãos dos Governos Estadual e Bancos, os recursos provenientes de impostos estaduais, bem como saldos dos depósitos bancários, suficientes para responder pelo débito corrigido e demais encargos contratuais decorrentes dos empréstimos concedidos pelo Banco Nacional da Habitação ao Banco do Estado do Paraná S/A.

Parágrafo único — Os poderes previstos neste artigo só poderão ser usados pelo Banco Nacional da Habitação, na hipótese de o Banco do Estado do Paraná S/A ou o Governo do Estado não terem efetuado, no vencimento, o pagamento das obrigações assumidas nos contratos de empréstimos celebrados com o Banco Nacional da Habitação.

Art. 2º — Fica ainda o Poder Executivo autorizado a contrair empréstimos destinados a suplementar a integralização do Fundo de Água e Esgotos — FAE/PR, e a integralização do capital da Companhia de Saneamento do Paraná, até o máximo de 50 por cento do valor previsto no artigo primeiro, bem como a garanti-los na forma ali estabelecida.

Art. 3o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 1980.

## (a) PODER EXECUTIVO

— Em discussão.

O SR. DARCY DEITOS — (Para discutir) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É lamentável que, praticamente no apagar das luzes do período extraordinário em que esta Assembléia foi convocada pelo Poder Executivo estadual, matéria de relevante importância como esta, seja inserida na Ordem do Dia a toque de caixa, sem apreciação pela CCJ.

Diz a Mensagem Governamental 85/80: "Solicita autorização desta assembléia para que o Poder Executivo possa dar fiança nos empréstimos que vierem a ser contraídos pelo Banco do Estado do Paraná com o Banco Nacional de Habitação, para serem aplicados através da Companhia de Saneamento do Paraná".

O montante desse aval é de cinco milhões e quinhentas mil UPC - Unidade Padrão de Capital, correspondentes à data de hoje, a 03 bilhões, 649 milhões e 580 mil cruzeiros, o que transformado em dólares, dá, seguramente, perto de 50 milhões de dólares.

E lamentável é que nós, do Poder Legislativo, não temos poderes para fiscalizar empresas de economia mista, empresas

estatais. Por que então, pede-se autorização para que o Estado dê um aval ao Banco do Estado do Paraná, de cujo capital é o acionista majoritário?

Mas, o que é lamentável, é que não podemos fiscalizar essas empresas.

Querer-se argüir como foi argüido no Parecer ao Projeto de Lei 77/80, na CCJ, dizendo que o Artigo 39 e seus parágrafos, da Constituição do Estado, já dá amplos e ilimitados poderes para que esta Casa possa fiscalizar as empresas estatais, deu um Parecer totalmente equivocado.

Na Comissão de Finanças, também esse projeto foi vetado inadvertidamente, porque os ditames regulamentares não foram observados.

E agora, se vem aqui, pedir autorização para que este Poder avalise a fiança que o Governo do Estado do Paraná irá dar aos empréstimos contraídos junto ao BNH.

Isso é um absurdo.

E, nas entrelinhas, na Mensagem governamental, sequer se chegou a citar que o Poder Executivo iria poder contrair um empréstimo da metade dos três bilhões, 649 milhões e 580 mil cruzeiros, Sr. Presidente.

Antes de mais nada, precisava haver seriedade no envio dessa Mensagem, porque, em nenhuma linha dela, chegou-se a citar que seria dada autorização para este Governo contrair este empréstimo.

Portanto, Sr. Presidente, a nossa vinda à tribuna é para solicitar a Vossa Excelência que este projeto de lei seja retirado da Ordem do Dia e que volte à CCJ para se examinar sua constitucionalidade que, ao nosso ver, carece de amparo legal, Sr. Presidente.

Precisa ser ouvida a CCJ e precisa ser ouvida a Comissão de Finanças desta Casa, porque se dar autorização no escuro ao Poder Executivo, para que contraia empréstimo, além de se dar autorização de que ele possa afiançar o Banco do Estado do Paraná, se afiançar e se dar autorização para que ele possa contrair mais este empréstimo de, seguramente, 25 milhões de dólares, Sr. Presidente, merece uma melhor apreciação da Comissão legal, desta Casa.

Portanto, Sr. Presidente, a nossa vinda à tribuna é para que Vossa Excelência retire este projeto da Ordem do Dia e o remeta à CCJ, para que ela possa ser ouvida, para que ela possa opinar, e daí sim, ela tenha condições e esse Plenário também, de votar.

Não vamos aqui, Sr. Presidente, tentar se argüir de que os trabalhos devem ser encerrados esta semana. Mensagens como esta, de importância como esta, nem que se fique aqui, Sr. Presidente, até expirar o prazo final, porque este Poder foi convocado do dia 08 ao dia 30, e se fomos convocados, devemos ter a responsabilidade suficiente de apreciar esta mensagem que, a nosso ver, é de suma importância para que os municípios do Estado do Paraná possam ter a sua rede de água e esgoto, mas se avaliar no escuro, dar autorização no escuro, isto eu não darei, porque se esta matéria for colocada em votação, o meu voto é contrário.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Nós ouvimos atentamente as razões expostas pelo nobre Deputado que nos antecedeu, e discordamos frontalmente de Sua Excelência, porquanto o Artigo 150 do Regimento Interno da Casa, regulamenta perfeitamente a matéria.

Todas as mensagens que constam de convocação extraordinária, pela sua própria natureza, são apreciadas em regime de urgência e nada impede que o Presidente da Comissão de Justiça, ou alguns dos Membros da Comissão, por ele designado, possa emitir seu parecer mesmo em plenário.

Ainda faculta o Regimento Interno, que se transforme o

Plenário em Comissão Especial e que se designe o Relator para, durante a sessão, exarar o parecer competente. Portanto, não há nenhuma motivação para retirada da Ordem do Dia de uma matéria que foi publicada, que constou do edital de convocação extraordinária e que, obviamente, deve ser de conhecimento de todos os Srs. Deputados.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Fabiano Braga Côrtes) Continua em discussão.

O SR. JOSÉ TAVARES - Pela ordem, Sr. Presidente.

Apenas para, no meu modesto entendimento, segundo este Deputado e o nosso Líder, Deputado Renato Bernardi, fomos informados pelo Deputado Augusto Carneiro que a d. CCJ, após a sessão plenária, estaria reunida para apreciar uma outra mensagem que fora enviada no dia de hoje para este Poder.

Não vejo nenhum prejuízo, caso esta mensagem seja também incluída na discussão e apreciação pela d. CCJ, que se reunirá logo mais após esta sessão.

Era a colocação que eu gostaria de fazer e apelar a Vossa Excelência e ao nobre Líder Deputado Erondy Silvério, para que incluísse esta mensagem na reunião que se fará a seguir, da CCJ.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Fabiano Braga Côrtes) Continua em discussão.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) - Concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. JOSÉ TAVARES - Sr. Presidente, eu levantei uma questão de ordem e Vossa Excelência não disse se acata ou não.

O SR. PRESIDENTE - A Mesa informa ao nobre Deputado que, de acordo com o artigo 105, e sendo matéria de convocação, não pode atender a Questão de Ordem levantada pelo Deputado.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE - Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO - Apenas, Sr. Presidente, para dizer que já foi designado o Deputado Ailton Cordeiro para apresentar parecer, que de acordo com o Regimento, poderá ser apreciado em plenário.

E já estava, a partir de ontem, e continua o Deputado Ailton Cordeiro, para apresentar o seu parecer.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, devo dizer que as dúvidas levantadas pelo nobre Deputado Darcy Deitos, não têm fundamento face aos preceitos constitucionais que trarei para o amplo conhecimento desta Casa.

Inicialmente, devo invocar o artigo 21 da Constituição Estadual, inciso III. Diz o Art. 21: "Compete à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador, inciso 3, dispor sobre a dívida pública estadual e autorizar a abertura de operações de crédito".

Devo conjugar este artigo 21, com o artigo 47 da Constituição Estadual, inciso 14, diz o artigo 47: "competem privativamente ao Governador, inciso 14, contrair empréstimos com autorização da Assembléia Legislativa ou do Senado Federal", devendo se destacar que no caso da autorização pelo Senado Federal, a operação de crédito terá caráter internacional.

Devo tão somente, de passagem, esclarecer ao nobre Deputado, quando se referiu à rejeição pela CCJ da matéria de sua autoria, sobre a fiscalização do Poder Executivo através desta Casa, que como autor do Parecer daquela matéria nesta

Comissão de Justiça, obtivemos a votação unânime dos Membros da referida Comissão.

Presentes inclusive vários dos Srs. Deputados pertencentes à Oposição, por haver também o entendimento maciço, global, de que realmente o Artigo 39 da Constituição, que trata da fiscalização financeira e orçamentária do Estado, pela Assembléia Legislativa, é muito claro, quando fala no controle externo e também pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo, instituídos por lei.

Seria negar mesmo um direito nosso, seria negar mesmo uma prerrogativa nossa. Não só do Plenário, que é talvez o grande teatro da fiscalização dos atos do Poder Executivo, mas como também as Comissões Técnicas Permanentes desta Casa que se ocupam desta matéria.

Portanto, entendemos naquela ocasião, e o nosso entendimento teve o acolhimento unânime dos membros da Comissão de Justiça, entendemos que o projeto, apesar da boa vontade do Deputado Darcy Deitos, era redundante. Porque, na verdade, este Poder já nos é conferido pela Constituição do Estado do Paraná.

O Sr. Darcy Deitos - Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. AIRTON CORDEIRO - Em seguida.

Quanto à constitucionalidade desta mensagem do Poder Executivo, que trata da autorização para que o Governo do Estado dê fiança ao Banco do Estado do Paraná para a contratação de recursos financeiros que vão ser utilizados e aplicados pela SANEPAR, não à luz da Constituição, como se contestar a clareza meridiana da constitucionalidade desta matéria.

Devo também, para evitar qualquer dúvida que possa pairar neste Plenário, dizer que esta matéria tramita assim na Casa em regime de urgência, porque a Casa está convocada extraordinariamente, e o artigo 105 do Regimento Interno diz: "Que urgência é dispensa de exigências regimentais, salvo a do número legal e a de Parecer, mesmo verbal, das Comissões Permanentes, para que determinada proposição seja imediatamente considerada até a sua decisão final".

Mas não quero me estribar só no artigo 105 do Regimento Interno.

Quero também invocar o Art. 138 do Regimento desta Casa, que fala acerca dos pareceres: "Parecer é a proposição com que uma Comissão se pronuncia sobre qualquer matéria sujeita ao seu estudo".

E, no parágrafo terceiro, do Artigo 138, diz "excepcionalmente nos casos previstos no Regimento, os pareceres poderão ser verbais".

E nós aqui estamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para oferecer o nosso parecer verbal, acerca desta matéria, atendendo designação do Deputado Augusto Carneiro, Presidente da CCJ, para que se deixe muito clara a constitucionalidade desta matéria, sem mencionar com maior riqueza de detalhes que a aplicação desses recursos financeiros será altamente benéfica para a população do Estado.

Todos nós, quase que todos os dias, estamos ouvindo reclamações de lideranças municipais, de Prefeitos e Vereadores, para que as suas redes de água sejam estendidas, para que novas redes de esgotos sejam construídas.

E esta matéria trata da possibilidade concreta do Governo do Estado receber, contrair uma operação para, em contrapartida, receber recursos para aplicação no programa da companhia de Saneamento do Estado do Paraná.

Concedo o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Darcy Deitos - Nobre Deputado Ailton Cordeiro, agradeço inicialmente este espaço que Vossa Excelência me concede. Mas, quando Vossa Excelência dimensiona o Art. 21, item terceiro, combinado com o 47, item quarto, Vossa Exce-

lência me fala do óbvio, o evidente e é o motivo da Mensagem de Sua Excelência o Governador a esta Casa, para que esta Casa se pronunciasse a respeito do que ele pede.

Agora, com referência, meu nobre Deputado, Airtton Cordeiro, quando Vossa Excelência se referiu ao seu Parecer ao projeto de nossa autoria que tem o número 77/80, quando no seu Parecer Vossa Excelência arguiu o Artigo 39, e parágrafos da Constituição Estadual, dentro do nosso entendimento Vossa Excelência equivocou-se totalmente. Porque o Artigo 39 fala de que a nossa fiscalização se estenderia às autarquias estaduais; jamais às empresas de economia mista, jamais às empresas públicas, nobre Deputado Airtton Cordeiro.

E este era o motivo do nosso projeto de lei que foi submetido à apreciação daquela douta Comissão de Constituição e Justiça, da qual Vossa Excelência é membro nato.

Portanto, quando fiz referência ao nosso projeto de lei, é porque li o seu parecer e não concordei; porque se Vossa Excelência se ativer à leitura do Artigo 39, parágrafo 5.º ...

O SR. AIRTON CORDEIRO — Permita-me Vossa Excelência, dizer que Vossa Excelência não concorda exclusivamente com o Relator, Vossa Excelência não concorda com a Comissão inteira, inclusive com companheiros de Vossa Excelência.

O Sr. Darcy Deitos — Perfeitamente, porque o Parecer não foi embasado legalmente. Porque o que queríamos, com aquele projeto de lei, era dar poderes para que o Poder Legislativo possa fiscalizar essas empresas que "deitam e rolam" não só neste Estado, mas em toda a Nação brasileira.

Agora, o motivo porque fui à tribuna, foi exatamente porque ao ler a mensagem, em nenhuma linha mencionava que Sua Excelência pedia, a este Poder, autorização para contrair cinquenta por cento de empréstimos, que dá um valor hoje de Cr\$ 1.824.790.000,00. Em nenhuma linha da mensagem ele solicita, faz menção que este Poder estaria dando esta autorização ao Poder Executivo.

Por isto que argüi da necessidade de uma melhor apreciação pela Comissão; porque quem na mensagem não mencionou nada e tão somente no seu Artigo segundo disse o seguinte: fica ainda o Poder Executivo autorizado a contrair empréstimos destinados a suplementar a integralização do fundo de água e esgoto e a integralização do capital da Companhia de Saneamento do Paraná até um máximo de cinquenta por cento do valor previsto no artigo 1.º, bem como garantí-los na forma estabelecida. Esta a dúvida que levantei. Se formos olhar a mensagem e o plano de lei, não bate. A nossa dúvida persiste, muito embora Vossa Excelência tenha dado já o seu parecer, verbal, de acordo com o que o Regimento Interno lhe permite, haja visto que Sua Excelência, o Deputado Augusto Carneiro nomeou Vossa Excelência apenas de improviso, mas que devemos respeitar porque é uma manobra regimental. Mas fica a minha dúvida.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Gostaria de esclarecer, para não se cometer uma injustiça com o Deputado Augusto Carneiro. O processo foi distribuído por Sua Excelência há vinte e quatro horas passadas, não foi de improviso. O Deputado Augusto Carneiro, como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, apenas faz constar nos Anais da Casa, para que não pare nenhuma dúvida, que este processo já estava distribuído.

O Sr. Darcy Deitos — Então, nobre Deputado Airtton Cordeiro, a nossa dúvida persiste; porque se dar aqui autorização para que o Governo do Estado do Paraná possa afiançar empréstimos que o Banco do Estado do Paraná possa fazer junto ao BNH e não podermos sequer fiscalizar o referido banco e de dar aqui nas entrelinhas autorização para que o Poder Executivo

contraia mais um empréstimo de quase mais dois bilhões de cruzeiros ... Quando segundo Sua Excelência, o Secretário das Finanças deste Estado, numa consulta que foi formulada junto ao Tribunal de Contas solicitando "sinal verde" para que o Estado do Paraná, para que a Secretaria das Finanças possa fazer aplicações no "open-marketing", no mercado aberto, nos leva a concluir de que este Estado, além de ter muitas dívidas e de querer contrair mais dívidas, é um Estado que deixa muitas dívidas a este Deputado e creio que à maioria dos Deputados que compõem a Bancada do PMDB nesta Casa, como a demais Srs. Deputados das oposições nesta Casa.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Asseguro a Vossa Excelência que todas as dúvidas que Vossa Excelência levantar nesta Casa, terão as necessárias, suficientes respostas e esclarecimentos.

Creio mesmo que toda e qualquer matéria de natureza administrativa mereça a nossa atenção, tanto da Oposição como da Situação.

Da Oposição, nos momentos de dúvida. Da Situação, nos momentos de esclarecer as dúvidas da Oposição.

E até por uma questão de consideração social e política, estas dúvidas que forem trazidas por Vossa Excelência, serão todas elas respondidas na hora oportuna, na hora devida, sem sofismas, sem que tenha qualquer interesse em desvirtuar a verdade dos fatos, em fazer digressões que não espelhem a realidade ...

O Sr. Darcy Deitos — Mas vou trazer, nobre Deputado.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Porque estamos aqui realmente imbuídos deste nosso propósito mais alto de servir para esclarecer.

As dúvidas que Vossa Excelência levanta hoje, quanto à ausência do Parecer da CCJ, estão esclarecidas com respaldo constitucional e com respaldo regimental.

Não compete à CCJ analisar o mérito da proposta, o mérito da Mensagem. Compete, sim, analisar a matéria sob aspecto legal e constitucional, e ambos os aspectos estão respaldados na Lei Maior, e no Regimento Interno desta Casa.

Então, veja Vossa Excelência que nós desmanchamos completamente as dúvidas que Vossa Excelência trouxe, no que toca a este aspecto da matéria; quanto a outros, compete seguramente ao Plenário, ou a outras Comissões Técnicas desta Casa, fazer a análise.

De minha parte, acatando a designação feita ontem, e reiterada hoje, pelo Deputado Augusto Carneiro, cumpre-me, suprir uma lacuna da matéria e que não tinha parecer, e que, regimentalmente, pode receber o parecer verbal da tribuna, que é o que nós fazemos agora.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Augusto Carneiro, que me havia solicitado por gesto.

O Sr. Augusto Carneiro — Agradeço a Vossa Excelência, por ter já, na tribuna, defendido e declarado a esta Casa, de que ontem Vossa Excelência já estava designado como relator desta matéria, e evoco o testemunho do Deputado José Tavares, que teve o projeto em mãos, e que percebeu que já existia, inclusive, um projeto escrito, feito por Vossa Excelência na tramitação de ontem. Fica provado de vez que Vossa Excelência, ontem, já estava designado como relator.

Hoje, pedi a palavra apenas para confirmar, ou para deixar aqui registrado de que Vossa Excelência estava já designado como relator. Se não encontrou com o parecer, é porque não obteve o número de assinaturas, como regimentalmente, é viável, é possível e é constitucional que se encaminhe à apreciação em Plenário, é para isso que estamos discutindo.

Acho válido por parte do nobre Deputado Darcy e de

toda a Bancada da Oposição, se tem alguma dúvida com referência a esse projeto, devem, aqui, em plenário, ser levantados para serem discutidos, porque também é do interesse da nossa bancada em aprovar uma matéria que, lá na Comissão, nos cabe apreciar os aspectos que Vossa Excelência já disse: constitucional; e, se deve, ou não tramitar, estamos com a consciência tranquila e seguros que deve tramitar.

Quanto ao seu mérito, é aqui em plenário, que deve ser discutido e deverá ser discutido hoje e nas próximas sessões, quando ficará esta matéria em discussão, para ser analisado estes pontos.

Obrigado pelo aparte.

O SR. AIRTON CORDEIRO — O parecer é favorável, Sr. Presidente.  
Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Continua em discussão.

O SR. ADALBERTO DAROS — (Para discutir) — Aprendi, Sr.

Presidente, aprendi, Srs. Deputados, de que, pelo menos no Poder Legislativo do meu Estado, apesar das indiferenças, às vezes, apesar de algumas comissões não se reunirem habitualmente, a CCJ deste Poder, tem-se reunido e nestes 6 anos que aqui estou, é pela primeira vez que vejo um Deputado Relator da CCJ, vir a este plenário e, da tribuna, colocar o seu Parecer sobre alguma matéria que tenha que por lá passar.

É evidente que toda e qualquer matéria, não toda matéria como falei, mas qualquer matéria, deve passar pela Comissão de Constituição e Justiça.

Acredito, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que seria de bom alvitre até deste Poder, que tivéssemos um pouquinho mais de paciência, um pouquinho mais de responsabilidade sobre o que se vota, sobre o que se discute aqui.

Este Poder, foi convocado para funcionar em período extraordinário, do dia 8 a 30 de dezembro. Parece-me que se tivermos um pouquinho de paciência para analisarmos uma Mensagem Governamental, que não é uma mensagem comum, mas que diz respeito à execução de obras neste Estado e que correspondem a muitos milhões de cruzeiros, a alguns bilhões de cruzeiros e, talvez então, possamos votá-la como temos votado outras matérias, sem nos colocar na frente daquilo que é normal nesta Casa.

Acredito que, de afogadilho, em função da data natalina, que em função de um novo ano, estejamos aqui, hoje, a cometer o que esta Assembléia nunca cometeu, ou seja, votar uma matéria sem que a Comissão responsável da Casa, não o Plenário, mas alguns Srs. Deputados que fazem parte da Comissão principal desta Casa - Comissão de Constituição e Justiça - possa e deve - analisar esta Mensagem, porque aí, então, não só a Oposição mas todos os homens que representam uma parcela deste Estado, estarão fugindo daquilo que no meu entender, e assim fiz, prometi lealdade naquilo que faria aqui, prometi, aqui nesta Casa, fazer cumprir a Constituição do Estado, e ela não está sendo cumprida como deve ser.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, verbalmente, como foi feito Parecer verbal do Deputado Ailton Cordeiro, requeiro que esta matéria seja analisada pela Comissão de Constituição e Justiça, que venha com Parecer escrito e assinado em baixo, com votos vencidos até, mas que venha, como outras matérias, durante todo o tempo que aqui estou, vieram ao plenário para serem analisadas.

O Sr. Ailton Cordeiro — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço o aparte de Vossa Excelência e devo primeiramente refutar com toda a veemência o conceito de responsabi-

lidade que Vossa Excelência tem desta Casa. Quando Vossa Excelência fala que se analisa, que se aprecia com pouca responsabilidade esta matéria, Vossa Excelência ignora os preceitos regimentais e o Regimento é o nosso Estatuto, a nossa Bíblia, a nossa Carta Maior. Tudo o que nós fizemos procedendo de acordo com o que diz o Regimento Interno, é rigorosamente legal, não é só legal, é moral; não é só moral, é responsável. Irresponsável seria um ato que fira o Regimento Interno.

Vossa Excelência pede paciência e responsabilidade. Quanto à paciência, ainda é possível tolerar. Quanto à responsabilidade afirmo a Vossa Excelência, de minha parte e creio que posso falar pela minha bancada, todos nós estamos aqui responsabilmente votando, responsabilmente discutindo esta matéria, responsabilmente participando do processo de votação.

E se equivoca Vossa Excelência quando afirma que se estamos apreciando esta matéria hoje, é uma função do Natal.

Vossa Excelência ignora a Ordem do Dia. A matéria está incluída na Ordem do Dia e só estamos apreciando a matéria no plenário agora, porque ela está na Ordem do Dia e incluída na Ordem do Dia sem o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, com respaldo nos Artigos 105 e 138 do Regimento Interno, nós estamos oferecendo o nosso parecer à matéria, que é favorável, e Deputado Adalberto Daros, não pela minha vontade. Favorável porque é o preceito constitucional da mesma Constituição que Vossa Excelência jurou como jurei, como todos nós juramos quando fomos empossados nesta Casa.

O nosso parecer é favorável porque a matéria é constitucional sim, pelos preceitos expressos nos Artigos 21 inciso III e 47, inciso 14. Não é pelo livre arbítrio deste Deputado. A Constituição é que nos dá o respaldo para declararmos a matéria rigorosamente constitucional.

Somos responsáveis sim e somos tão constitucionalistas quanto Vossa Excelência, porque o seu juramento foi o nosso e por ele nós estamos zelando.

O SR. ADALBERTO DAROS — Agradeço o aparte de Vossa

Excelência e só gostaria de, neste momento, Sr. Presidente, pedir um esclarecimento e um juramento até desta Constituição jurada do Deputado Augusto Carneiro. Vossa Excelência no dia de ontem fez um parecer e assinou em baixo. O Deputado Augusto Carneiro não havia assinado esse parecer e este processo que está em cima da mesa, sem parecer, foi levado a mim no dia de ontem para assiná-lo.

Vossa Excelência está usando um subterfúgio de última hora. Porquẽ não assinar esse parecer e deixá-lo no processo?

Vossa Excelência não sei de que forma, não sei de que jeito - o parecer de Vossa Excelência desapareceu no processo.

O Sr. Ailton Cordeiro — Permita-me mais um aparte, Deputado Adalberto Daros.

Permita-me mais um aparte. Gostaria de esclarecer a Vossa Excelência que o parecer realmente ontem estava pronto. Tem a minha assinatura, tem a assinatura do Deputado Gilberto Carvalho e por falta de "quorum"...

O SR. ADALBERTO DAROS — De reunião, meu caro Deputado.

O Sr. Ailton Cordeiro — Por falta de "quorum", aliás, reunião à qual Vossa Excelência não compareceu.

O SR. ADALBERTO DAROS — Perfeito, perfeito, também não estou negando isso.

O Sr. Ailton Cordeiro — Reunião à qual Vossa Excelência não



compareceu.

O SR. ADALBERTO DAROS — Vossa Excelência esteve comigo aqui, chegando atrasado, apenas assinando, apenas.

O Sr. Airton Cordeiro — Vossa Excelência compareceu à reunião, então Vossa Excelência também perde a autoridade para protestar pela ausência da reunião e também devo esclarecer ao Plenário que Vossa Excelência não é dos membros mais assíduos da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. ADALBERTO DAROS — Perfeitamente, todavia não sou tal qual Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — (Faz soar os tímpanos). — A Mesa informa aos nobres Deputados, que de acordo com o Regimento Interno, não pode haver discurso paralelo. Está na tribuna o Deputado Daros.

O Sr. Airton Cordeiro — Apenas, pediria ao Deputado Daros permissão para concluir. Eu não quero deixar nenhuma dúvida, o Parecer não foi realmente apreciado por falta de número legal, por falta de "quorum". Então, há uma lacuna processual e nós estamos suprimindo essa lacuna com o nosso Parecer verbal, que é diferente deste que está escrito, mas é com base nos mesmos fundamentos. Porque a Constituição é uma só, só que nós nos permitimos o direito de prestar também, outros esclarecimentos, inclusive quanto a dúvidas levantadas pelo Deputado Darcy Deitos.

Fomos além do Parecer escrito, em homenagem à Casa e inclusive a Vossa Excelência.

Obrigado.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Durante tanto tempo nesta Assembléia, durante tantos anos que aqui estou, nunca vi, Sr. Presidente, e já vi aqui como fala e é normal isso, o rolo compressor do Governo passar por cima de todos e aprovar o que deseja. É o natural dentro do Poder Legislativo.

Todavia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu nunca vi durante todos esses anos, tanta pressa, tanta coisa a ser colocada aqui, para se ter essa lei.

Nós vamos ter sessão até o dia 30, Deputados, até o dia 30, nós estamos hoje, no dia 16. Por que, se fazer um Parecer da tribuna? Se amanhã, quarta-feira, que é dia normal da reunião da Comissão de Justiça, essa reunião possa acontecer, essa Comissão possa se reunir com seus membros, e analisar este processo.

Por que se passar por cima de tudo isso?

Se não existe nada de errado, vamos votá-la, mas direito. Vamos votá-la, como ela deve ser votada. A autoridade, que nem diz o Deputado Airton Cordeiro, de que se tem ou não, é uma questão de consciência, Sr. Presidente.

Cada um age como deve, cada um, ao deitar o travesseiro, conversa ou não, o importante é isso. E cada um sabe como age depende da conversa ou não do travesseiro.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, acho e requeiro a Vossa Excelência, que esta matéria realmente, seja apreciada pela Comissão de Justiça, com o Parecer, como sempre tem vindo a este Plenário de qualquer matéria. Com voto vencido ou não, mas, assinado em baixo.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. AIRTON CORDEIRO — (Pela ordem) — Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, o meu apelo é no sentido de que seja respeitado o Parecer que foi oferecido verbalmente com respaldo no Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa informa ao nobre Deputado Daros, que a presente solicitação do mesmo, já é matéria vencida.

Em discussão o Projeto de Lei n.º 183/80. Em discussão. APROVADO.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) — Requeiro a Vossa Excelência, verificação de votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Antes que Vossa Excelência atenda o requerido pelo Deputado, requeiro a Vossa Excelência chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere e procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (procede a chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — 40 Srs. Deputados responderam a chamada. A Mesa solicita aos Srs. Deputados que tomem assento nas suas bancadas, a fim de facilitar a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto de Lei n.º 183/80, queiram levantar-se.

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se.

24 Srs. Deputados o aprovam;

15 Srs. Deputados o rejeitam. — Aprovado.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 184/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 86/80), que altera o art. 4.º e seu parágrafo único, da Lei n.º 5.992, de 2 de setembro de 1969, para dar nova redação à Tabela B, que faz parte da Lei n.º 4.975, de 2 de dezembro de 1964. (Regime de aposentadoria e pensões dos Serventuários da Justiça do Estado). — Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N.º 184/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
DECRETA:

Art. 1.º — A redação do art. 4.º e seu parágrafo único, da Lei n.º 5.992, de 2 de setembro de 1969, passa a ser a seguinte:

"Art. 4.º. A Tabela "B" da Lei n.º 4975/64, passa a vigorar com a seguinte redação:

#### TABELA B

##### 1.ª CLASSE (ENTRÂNCIA FINAL)

##### Sede de Comarca

Titular de Cartório e Ofício	(Nível PJ-28)	Cr\$ 22.413,00
Oficial Maior	(Nível PJ-25)	Cr\$ 19.267,00
Escrevente Juramentado	(Nível PJ-22)	Cr\$ 16.150,00

##### DISTRITO JUDICIÁRIO FORA DA SEDE

Titular de Cartório e Ofício	(Nível PJ-25)	Cr\$ 19.267,00
Oficial Maior	(Nível PJ-22)	Cr\$ 16.150,00
Escrevente Juramentado	(Nível PJ-20)	Cr\$ 14.038,00

## 2.ª CLASSE (ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA)

Titular de Cartório e Ofício	(Nível PJ-26)	Cr\$ 20.309,00
Oficial Maior	(Nível PJ-23)	Cr\$ 17.193,00
Escrevente Juramentado	(Nível PJ-21)	Cr\$ 15.094,00

## DISTRITO JUDICIÁRIO FORA DA SEDE

Titular de Cartório e Ofício	(Nível PJ-23)	Cr\$ 17.193,00
Oficial Maior	(Nível PJ-21)	Cr\$ 15.094,00
Escrevente Juramentado	(Nível PJ-19)	Cr\$ 12.994,00

## 3.ª CLASSE (ENTRÂNCIA INICIAL)

### Sede de Comarca

Titular de Cartório e Ofício	(Nível PJ-20)	Cr\$ 14.038,00
Oficial Maior	(Nível PJ-19)	Cr\$ 12.994,00
Escrevente Juramentado	(Nível PJ-15)	Cr\$ 8.974,00

## DISTRITO JUDICIÁRIO FORA DA SEDE

Titular de Cartório e Ofício	(Nível PJ-19)	Cr\$ 12.994,00
Oficial Maior	(Nível PJ-16)	Cr\$ 9.859,00
Escrevente Juramentado	(Nível PJ-15)	Cr\$ 8.974,00

Parágrafo Único. Os níveis constantes da tabela deste artigo serão atualizados nos índices percentuais mínimos e nas épocas em que forem majorados os níveis de padrões de vencimentos da tabela de remuneração dos servidores do Poder Judiciário."

Art. 2.º — Na aplicação da presente lei aos serventuários já aposentados, o Órgão competente do Tribunal de Justiça, fará o respectivo cálculo "ex-officio", de acordo com a tabela e classes correspondentes.

Art. 3.º — Para atender as despesas decorrentes da execução da presente lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial de até Cr\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de cruzeiros), servindo como recurso para a respectiva cobertura qualquer das formas especificadas no parágrafo primeiro, do art. 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 4.º — A presente lei entrará em vigor em 1.º de janeiro de 1981, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 15 de dezembro de 1980.

(a) PODER EXECUTIVO.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n.º 185/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 88/80), que altera a redação do art. 87, da Lei Complementar n.º 3, de 14 de maio de 1974 e adota outras disposições pertinentes ao regime de vantagens dos integrantes do QUADRO DE PESSOAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO.

## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 185/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O artigo 87 da Lei Complementar n.º 03, de 14 de maio de 1974, modificado pelas Leis Complementares n.ºs 6 e 8, de 24 de junho de 1976 e 03 de janeiro de 1979, passe a ter a seguinte redação:

"Art. 87 — Os vencimentos fixados por lei para os cargos integrantes das carreiras do Quadro de Pessoal da Polícia Civil são estabelecidos levando-se em consideração as peculiaridades da atividade policial civil, relativas a tempo integral e dedicação exclusiva, e risco de vida.

§ 1º — A percepção de vantagens decorrentes do exercício de atividades peculiares ao policial civil é incompatível com os vencimentos fixados na forma deste artigo.

§ 2.º — Aos proventos do policial civil que vier a aposentar-se não poderão ser computadas as vantagens decorrentes das condições peculiares de exercício, referidas neste artigo.

§ 3.º — A jornada de trabalho para o policial civil é de quarenta horas semanais, sem prejuízo de permanecer o policial à disposição do órgão em que estiver em exercício, sempre que as necessidades do serviço assim exigirem, ressalvados os casos de impedimento do exercício em regime de tempo integral e dedicação exclusiva."

Art. 2.º — O vencimento mensal do cargo de Delegado de Polícia de 1a. classe, assim entendido o básico na importância de Cr\$ 31.893,00 (trinta e um mil, oitocentos e noventa e três cruzeiros) acrescido de 120% (cento e vinte por cento) pelo exercício em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, na importância de Cr\$ 38.272,00 (trinta e oito mil, duzentos e setenta e dois cruzeiros) e 33,33% (trinta e três vírgula trinta e três por cento), pelo exercício de função com risco de vida, na importância de Cr\$ 10.630,00 (dez mil, seiscentos e trinta cruzeiros), fica fixado na importância global de Cr\$... 80.795,00 (oitenta mil, setecentos e noventa e cinco cruzeiros).

§ 1.º — Os atuais integrantes das carreiras policiais civis que estiverem impedidos de trabalhar em regime de tempo integral e dedicação exclusiva terão o seu vencimento calculado sobre a importância global de Cr\$..... 42.523,00 (quarenta e dois mil, quinhentos e vinte e três cruzeiros) que compreende o básico e o exercício com risco de vida do cargo de Delegado de 1a. classe.

§ 2.º — Para fins de cálculo de adicionais por tempo de serviço e elaboração das folhas de pagamento, deverão servir de base, sempre, as importâncias globais fixadas no "caput" deste artigo ou no seu parágrafo primeiro.

§ 3.º — Os vencimentos fixados por esta lei, poderão ser revistos por lei ordinária de concessão de aumento de vencimentos ao funcionalismo público estadual, em geral.

Art. 3.º — Nenhum servidor inativo poderá ter o montante dos seus proventos de inatividade inferior ao vencimento básico de classe inicial da carreira correlata àquela em que foi aposentado, ressalvados os casos de aposentadoria proporcional ao tempo de serviço, cuja proporcionalidade deverá ser mantida.

Parágrafo Único — Nos casos em que as denominações das carreiras tiverem sofrido modificações, a correlação será apurada em face dos requisitos exigidos pelas respectivas leis que estabeleceram tais modificações.

Art. 4.º — A contribuição mensal devida ao Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado, pelos policiais civis que perceberem, no ano de 1981, adicionais por tempo de serviço inferiores a 10% (dez por cento), terá como base de cálculo, durante o mesmo exercício, a retribuição do mês de dezembro de 1980, acrescida de 72% (setenta e dois por cento).

Art. 5.º — A vantagem de que trata o art. 172, inciso V, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, integrará os proventos de inatividade do funcionário integrante do quadro da Polícia Civil, aposentado durante o ano de 1980, desde que, à data da aposentadoria, estivesse percebendo a referida vantagem, cujo benefício será devido a partir de 1.º de janeiro de 1981.

Parágrafo Único — As demais categorias de funcionários civis que, na data da aposentadoria estejam percebendo, por período superior a 1 (um) ano, a vantagem prevista no artigo 172, inciso V, da Lei n.º 6174/70, terão esse benefício incorporado a seus proventos de inatividade.

Art. 6.º — Para atender às despesas decorrentes da execução da presente lei, fica o Poder Executivo autorizado a

abrir crédito especial de Cr\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de cruzeiros), servindo como recurso para a respectiva cobertura qualquer das formas especificadas no parágrafo primeiro, do art. 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1.964.

Art. 7.º — Esta lei entrará em vigor em 1.º de janeiro de 1981, ficando revogado o art. 10 da Lei n.º 7.258, de 30 de novembro de 1979 e demais disposições em contrário. Em discussão.

O SR. JOSÉ TAVARES — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para discutir, concedo a palavra ao nobre Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, apenas para dizer à Casa que este Deputado, no mês de maio do corrente ano, havia feito um apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que encaminhasse a esta Casa Mensagem nesse sentido. E a Mensagem veio.

Então não posso, nesta altura e diante desse fato, deixar aqui de reconhecer o atendimento do Chefe do Poder Executivo, não só aquele nosso apelo, mas principalmente ao apelo da classe policial civil do Paraná. Porque acho que o homem de Oposição tem que fazer oposição, tem que denunciar irregularidades, tem que tecer críticas, às vezes ásperas, contra aquilo que ele acha que está errado, mas tem que ter também a consciência necessária para reconhecer quando as coisas corretas acontecem.

Gostaria que ficasse constante nos Anais da Casa, o meu reconhecimento pessoal ao Chefe do Poder Executivo, pelo atendimento das reivindicações da Polícia Civil e que este Deputado, no mês de maio, havia feito em forma de apelo.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Continua em discussão. Em votação. — Aprovado.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 186/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 89/80), que altera dispositivos da Lei n.º 6.417, (Código de Vencimentos da Polícia Militar do Estado do Paraná) e adota outras providências, conforme especifica.

#### PROJETO DE LEI N.º 186/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
DECRETA:

Art. 1.º — Os Arts. 21 e seu Parágrafo 2.º; 25 e seu Parágrafo 1.º; o Parágrafo Único do Art. 26; o Art. 29; os Arts. 37 — "caput" e 44 e seus Parágrafos 1.º e 2.º; o Capítulo VI do Título III; o Artigo 77; a Seção III do Capítulo II do Título VI; e o Artigo 93, da Lei n.º 6.417, de 03 de julho de 1973, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 21 — A gratificação de função policial militar é devida ao Policial Militar pelos cursos realizados com aproveitamento em qualquer posto ou graduação, e equivalente aos seguintes percentuais calculados sobre o soldo:

1. Curso Superior de Polícia: 19% (dezenove por cento);
2. Cursos de aperfeiçoamento ou equivalente: 15% (quinze por cento);
3. Cursos de especialização de Oficiais e Sargentos ou equivalentes: 11% (onze por cento);
4. Cursos de especialização de Praças de graduação inferior a 3.º Sargento: 7% (sete por cento);
5. Cursos de Formação de Oficiais e Sargentos: 7% (sete por cento).

§ 2.º — Somente os cursos com duração igual ou superior a 4 (quatro) meses, realizados no País ou no exterior, são computados para os efeitos deste artigo."

"Art. 25 — A gratificação de localidade especial é devida ao Policial Militar que servir em guarnição ou localidades situadas em regiões inóspitas, seja pelas condições precárias de vida, seja pela salubridade.

§ 1.º — O Governador do Estado, por proposta do Comandante-Geral da Polícia Militar, estabelecerá as localidades que ensejarão o pagamento da gratificação a que se refere este artigo, bem como o seu percentual."

"Art. 26 — ....

Parágrafo Único — As indenizações compreendem:

- a. diárias;
- b. ajuda de custo;
- c. transporte;
- d. representação; e
- e. aquisição de fardamento."

"Art. 29 — Os valores das diárias serão fixados por Decreto".

"Art. 37 — Ajuda de Custo é a indenização para custeio de despesas de viagem e instalação, exceto as de transporte e mudança, paga ao Policial Militar, quando, por conveniência do serviço, for nomeado, designado, classificado, transferido, matriculado em escola, centro de instrução ou curso, mandado servir ou estagiar em nova comissão e, ainda, quando deslocado com a Organização Policial Militar que tenha sido transferida da sede".

"Art. 44 — O Policial Militar, nas movimentações em objeto de serviço tem direito a transporte e mudança, domicílio a domicílio, por conta do Estado, nele compreendidas a passagem, a translação da respectiva bagagem, bem como sua mudança.

§ 1.º — Se as movimentações importarem na mudança da sede do Policial Militar, com dependentes, a estes se estende o mesmo direito deste artigo quanto ao transporte.

§ 2.º — Quando o transporte e a mudança não forem realizados por responsabilidade do Estado, o Policial Militar será indenizado da quantia a que se refere este artigo, cumpridas as formalidades legais."

#### "CAPÍTULO VI

##### DA AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO

Art. 55 — O Policial Militar faz jus ao percentual de 6,5% (seis e meio por cento) sobre o soldo para aquisição de fardamento.

Parágrafo único — O percentual referido neste artigo será retido e recolhido ao Conselho Econômico e Financeiro da Corporação, que o movimentará para aquisição e fornecimento dos materiais específicos, através de seus órgãos competentes."

"Art. 77 — O Policial Militar enquadrado no artigo anterior fará jus às mesmas vantagens de que trata a Lei de Remuneração dos Militares das Forças Armadas, em seu Título específico".

#### "SEÇÃO III

##### DAS GRATIFICAÇÕES INCORPORÁVEIS

Art. 89 — São consideradas gratificações incorporáveis:

1. gratificação de tempo de serviço;
2. gratificação de função policial militar;
3. gratificação policial militar especial."

"Art. 93 — O adicional de inatividade de que trata o item 3, do Art. 78 é calculado e pago mensalmente sobre o respectivo provento de inatividade quando o Policial Militar contar com 30 (trinta) ou mais anos de serviço, nas seguintes condições:

1. 7% (sete por cento) para Oficiais Superiores;
2. 2% (dois por cento) para os demais Oficiais e Praças da Corporação."

Art. 2.º — O soldo do posto de Coronel fica fixado em

Cr\$ 38.000,00 (trinta e oito mil cruzeiros) mensais.

§ 1.º — O Coronel em atividade perceberá uma gratificação mensal no valor de Cr\$ 32.170,00 (trinta e dois mil, cento e setenta cruzeiros), denominada "gratificação policial militar especial", reajustável sempre que o soldo for reajustado e na mesma proporção.

§ 2.º — A gratificação a que se refere o parágrafo anterior integra o vencimento do policial militar em atividade para efeito de cálculo da gratificação de tempo de serviço, das obrigações previdenciárias, bem como para a aplicação dos índices estabelecidos no artigo 118, da Lei n.º 6.417/73, alterado pela Lei n.º 6.839/76, e é composta de parcelas correspondentes às seguintes gratificações e indenizações retiradas total ou parcialmente dentre as previstas na Lei n.º 6.417/73:

- I - gratificação de função policial-militar categoria I;
- II - gratificação de função policial-militar categoria II;
- III - gratificação pelo efetivo exercício de função com risco de vida;
- IV - indenização de moradia;
- V - indenização de aquisição e conservação de fardamento.

Art. 3.º — A gratificação de ensino é devida ao Policial Militar por aula efetivamente ministrada nos Órgãos do Sistema de Ensino da Polícia Militar do Estado.

Parágrafo Único — Sob proposta do Comandante-Geral e mediante decreto, serão definidas as disciplinas que darão direito à percepção da gratificação de ensino, e os valores unitários das aulas, os quais não poderão ser superiores aos fixados pela Secretaria de Estado da Educação para o ensino oficial.

Art. 4.º — O policial militar, reformado ou transferido para a reserva remunerada no ano de 1980, que na data da inativação percebia a gratificação pelo efetivo exercício de função com risco de vida, terá esse benefício incorporado aos seus proventos de inatividade, a partir de 1.º de janeiro de 1981.

Art. 5.º — Para atender às despesas decorrentes da execução da presente lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito especial de até Cr\$ 470.000.000,00 (quatrocentos e setenta milhões de cruzeiros), servindo como recurso para a respectiva cobertura qualquer das formas especificadas no Parágrafo 1.º, do Art. 43, da Lei Federal n.º 4320, de 17 de março de 1964.

Art. 6.º — Esta lei entrará em vigor em 1.º de janeiro de 1981, ficando revogados o Parágrafo Único do Art. 20; os Arts. 22; 23; 24; o Parágrafo 1.º do Art. 28; o Capítulo V, do Título III; os Arts. 86 e seu Parágrafo; 87; 88; os Parágrafos 1.º e 2.º, do Art. 107, e o Art. 117, todos da Lei n.º 6417, de 03 de julho de 1973; a Lei n.º 7097, de 08 de janeiro de 1979; o Art. 9.º, da Lei n.º 7258, de 30 de novembro de 1979 e demais disposições em contrário.

Em discussão.

O SR. JOSÉ TAVARES — (Para discutir) — Igualmente, Sr.

Presidente, tratando de mensagem diversa mas também em se tratando de uma mensagem que este Deputado também formalizou um apelo, inclusive chamando à responsabilidade do Sr. Governador do Estado para eventuais dissabores que pudessem ocorrer diante do não atendimento das reivindicações da Polícia Militar, é que quero também deixar registrado, nos Anais desta Casa, o nosso reconhecimento pelo atendimento das reivindicações da Polícia Militar do Estado do Paraná e que este Deputado, neste mês ainda, havia formalizado um apelo através desta tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Continua em discussão. Em votação. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Car-

neiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Arlindo Alves, ocorrido em Engenheiro Beltrão. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 28.º aniversário de emancipação política do Município de Peabiru. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do aniversário de emancipação política do Município de Boa Esperança. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pelo 28.º aniversário da Cidade de Toledo. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de aplausos à equipe organizadora dos Exames de Suplência Profissionalizante, representada pelo Professor Henrique Ens, Diretor do Departamento de Ensino Supletivo da SEC. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do INCRA, em Brasília, no sentido de que reexamine o lançamento do imposto taxado no ano em curso. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da Confederação Brasileira de Futebol e ao Sr. Presidente do C.N.D. consubstanciado em apelo no sentido da inclusão do Clube Atlético Paranaense na Taça de Prata, do Campeonato de 1981. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente, solicitando seja oficiado à Secretaria da Educação, encarecendo a ampliação no estabelecimento educacional de Aparecida do Oeste, Município de São Miguel do Iguaçu. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Aírton Cordeiro, lido da tribuna, solicitando o envio de expediente à Confederação Brasileira de Futebol, em forma de sugestão no sentido de uniformizar a disputa dos campeonatos regionais. — Em discussão.

O SR. ADALBERTO DAROS — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado, Secretário da Segurança e demais autoridades, encarecendo seja implantado um Posto Policial no Conjunto Residencial Santa Efigênia. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo informações e a tomada de medidas cabíveis, visando o retorno da segurança e tranquilidade do Município de Nova Aurora. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wandrer, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a formação de uma Comissão Mista, para estudar a viabilidade da criação de áreas de interesse turístico para os municípios que serão atingidos pelo Lago

Internacional de Itaipu.— Em discussão.

ORDEM DO DIA:

O SR. ADALBERTO DAROS — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 17, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 158/80 e 168/80 e de Resolução n.ºs 66/80, 67/80, 69/80 e 73/80.

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 53/78, 6/80, 166/80, 167/80, 182/80, 183/80, 184/80, 185/80 e 186/80.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 187/80.

Levanta-se a sessão.